

PROJETO INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA



Mapa das regiões turísticas do Brasil 2006.

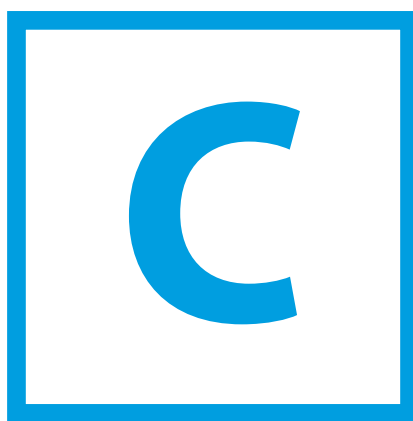
Manual do Pesquisador

Módulo C



Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur
Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico- DEAOT
Coordenação Geral de Regionalização - CGRG

INSTRUMENTO DE PESQUISA



Manual do Pesquisador

Ministério do Turismo
Brasília, 2006



ATRATIVOS TURÍSTICOS

FORMULÁRIOS 15 A 19



Projeto Inventário da
Oferta Turística

Manual do Pesquisador

2006, Ministério do Turismo

Todos os direitos reservados.

Coordenação e execução:

Ministério do Turismo

Impresso no Brasil – Printed in Brazil.

Distribuição gratuita.

Ministério do Turismo

Esplanada dos Ministérios, Bloco U.

Sítio na Internet – www.turismo.gov.br

Brasil. Ministério do Turismo

Manual do Pesquisador - Inventário da Oferta Turística: instrumento de pesquisa/ Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Brasília: Ministério do Turismo, dezembro de 2006.

I. Título. II. Brasil. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo.

CDU

Presidente da República Federativa do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Turismo
Walfrido dos Mares Guia

Secretário-Executivo
Márcio Favilla Lucca de Paula

Secretário Nacional de Políticas do Turismo
Airton Pereira

Diretora de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico
Tânia Brizolla

Coordenação Geral de Regionalização
Benita Maria Monteiro Mueller Rocktaeschel

Coordenadora-Geral de Informação
Isabel Cristina da Silva Barnasque

Coordenadora-Geral de Segmentação
Mara Flora Lottici Krahl

Coordenadora-Geral de Qualificação dos Serviços Turísticos
Doroti Collares

“Numa sociedade democrática, o processo de formulação das políticas públicas é sempre uma atividade flexível e mutante. As políticas não podem ser rígidas ou permanentes porque a vida social sempre é um processo dinâmico, mudam as circunstâncias e as relações de poder, mudam os relacionamentos. Sempre aparecem novas demandas, novas necessidades e problemas ou novos atores sociais que colocam suas reivindicações e interesses na arena de decisões do Estado. A vida social sempre está grávida de velhos e novos problemas.”

Carlos Jara

APRESENTAÇÃO

Esta versão do Instrumento de Pesquisa para o Inventário da Oferta Turística é resultado da revisão e atualização de documentos anteriores e de ajustes, correções e adequações conceituais, metodológicas, operacionais e técnicas, refletindo a dinâmica contemporânea da economia do turismo exigida pela sociedade e pelos setores produtivos. Sobretudo, foi adequado ao paradigma da sustentabilidade nos níveis econômico, social, cultural, ambiental e de governança local. Ainda, foi necessário um alinhamento ao Plano Nacional de Turismo, sua Visão e suas Diretrizes. Também é fruto dos trabalhos dos participantes do Projeto-Piloto Inventário da Oferta Turística – Rio Grande do Sul, o qual é modelar para todo o Brasil.

Este Instrumento permitirá um planejamento ágil, dinâmico e flexível, com base em informações sistematizadas sobre os atrativos, os equipamentos e os serviços turísticos, e a infraestrutura dos municípios brasileiros, atendendo às diretrizes do Governo Federal expressas no Plano Nacional do Turismo: redução das desigualdades sociais; geração e distribuição de renda; geração de emprego e ocupação, e equilíbrio da balança de pagamento. Tais diretrizes exigem atitudes políticas e estratégias na sua aplicação, e um processo de planejamento e gestão que oriente, discipline e se constitua em eficiente ferramenta de aceleração do desenvolvimento municipal, regional e nacional.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A orientação metodológica na definição conceitual e operacional para o Inventário da Oferta Turística é o conceito de território que permite posteriores intervenções na localidade, capazes de reativar as bases econômicas e reintegrar o meio humano. Assim, a atuação em parceria e a requalificação e humanização do território para seus habitantes são os princípios defendidos e adotados pelo Ministério do Turismo para o desenvolvimento sustentável da atividade turística. Fundamentam-se na ocupação produtiva individual, familiar e da comunidade, na valorização do tradicional com qualidade, do específico e do único como diferencial, na inserção do território rural como tático, na conservação do ambiente e da paisagem em uma acepção moderna e contemporânea.

Nesse processo, uma longa trajetória foi iniciada nos anos 80, utilizando metodologias formuladas com base em modelos internacionais, que a partir da experiência nacional acumulada possibilitaram ajustes, avanços, avaliação crítica e o redesenho do Instrumento. Tais procedimentos permitiram identificar os modos de intervenções locais, contando com a adesão do poder público e dos cidadãos, em lugares e contextos regionais diferentes, e levando em conta graus desiguais de organização social.

O conjunto de procedimentos adotado para o Inventário resulta das estratégias preconizadas pelo Ministério do Turismo, com base em ações do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, fundamentadas na descentralização e na atuação local diferenciada, na atuação nacional coordenada, focada para a gestão municipal e do território.

BASE CONCEITUAL

O desenvolvimento do território implica intervenções que considerem as assimetrias sociais e regionais; padrões alternativos de desenvolvimento econômico que equilibrem as necessidades humanas e os limites da natureza; privilégio à micro e pequena empresa e apoio à produção de objetos e serviços personalizados que levem a soluções novas em escala regional e local; possibilidades de ultrapassar situações de desemprego ou subemprego de determinadas populações de forma a conciliar rendimento e qualidade de vida.

Diante dessas constatações, o Inventário da Oferta Turística assume conceitos mais amplos. O primeiro é o conceito de local, não como espaço geográfico e sim como território, impregnado de valores culturais intrínsecos (história, patrimônio, paisagem, tradições, crenças, mitos, símbolos, modos econômicos, relações sociais), onde o cidadão guarda o sentimento de fazer parte, de ser o usuário e guardião. O segundo é o conceito de redes humanas e institucionais participativas e compartilhadas, a noção de arranjo produtivo, de atividades e segmentos econômicos provocadores de desenvolvimento, em que a inter-relação conduz ao desenvolvimento sustentável. Como terceiro conceito, entende-se o local como particular, em contraponto ao global e massificado, gerando produtos e serviços distintos, personalizados que permitem ao usuário o sentimento de ser ele, também, uno e particular.

Porém, para que esses conceitos se adéquem à realidade de cada localidade brasileira, os municípios precisam institucionalizar, pelo menos, dois procedimentos: o planejamento participativo e um sistema de informações. Daí, surgem projetos integrados, propostas estruturais, possibilidades de desenvolvimento baseadas no conhecimento de potencialidades e vulnerabilidades locais. Mais do que isso, tais procedimentos são a garantia de participação e do direito dos cidadãos à informação.

Para tanto, foi preciso incorporar os saberes e fazeres das populações locais para desenvolver o Instrumento de Pesquisa que agora reflete a complexidade da realidade brasileira. Destaca-se, também, a contribuição das instituições de ensino e dos técnicos ligados às organizações governamentais e não-governamentais, que estão refletidas e incorporadas a este documento.

POLÍTICA PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

O Plano Nacional do Turismo guarda, nas suas diretrizes, objetivos e macroprogramas, valores e atributos exigidos por uma sociedade democrática: “é importante salientar que as metas desafiadoras para o período 2003-2007 requerem entusiasmo e determinação, cujo alcance somente será possível por meio de um esforço conjunto entre agentes públicos e privados para solidificar uma estrutura turística integrada e duradoura, baseada na força das Parcerias e na Gestão Descentralizada”. Para atingir tais propósitos é necessário, entre outras ações, o enfrentamento de uma lacuna no setor: a insuficiência de dados, informações e pesquisas sobre o turismo brasileiro.

O Inventário da Oferta Turística é um dos passos para a implementação do Macroprograma-6: Informações Turísticas, como base para o planejamento e a operacionalização dos outros 6 Macroprogramas do Plano Nacional do Turismo:

- Gestão e Relações Institucionais
- Fomento
- Infra-estrutura
- Estruturação e Diversificação da Oferta Turística
- Qualidade do Produto Turístico
- Promoção e Apoio à Comercialização

Nesse sentido, o Ministério do Turismo convida os Estados e os Municípios a adotar este Instrumento para, de forma integrada e participativa, compor o Sistema Nacional de Informações Turísticas do Governo Federal e poder utilizar e disponibilizar informações.

O Instrumento de Pesquisa do Projeto Inventário da Oferta Turística é composto por Manual do Pesquisador e Formulários. A seguir é apresentado o Manual do Pesquisador - Módulo C.

ORIENTAÇÕES AO PESQUISADOR

O objetivo do Inventário é descrever atrativos com interesse turístico potencial ou efetivo. Portanto, não estamos em busca somente da OFERTA (quantidade de bens e serviços que os produtores estão dispostos e aptos a oferecer por um determinado preço e em determinada localidade).

O que se deseja é cadastrar o **valor turístico** de cada localidade e comunidade.

O valor turístico é o conjunto da produção humana material e imaterial, individual e coletiva, fruto de relações sociais historicamente estabelecidas por uma comunidade em sua localidade, as quais são capazes de gerar um sistema organizado que agregue um composto de bens e serviços - como informação, transporte, hospedagem, alimentação, entretenimento, eventos, fatores climáticos e geográficos (in natura), e os elementos das infra-estruturas geral e específica. Esse conjunto tem por unidade a força de atração que mobiliza o deslocamento e a permanência nessa localidade de pessoas residentes em espaços sociais distintos, chancelando seu valor e estabelecendo uma nova relação social: a hospitalidade. Por ser essa a dinâmica, requer que sua sustentabilidade seja investigada no processo de valorização

(LEMOS, O Valor Turístico na Economia da Sustentabilidade, ALEPH, 2005)

Assim, cada elemento que compõe o valor turístico deve ser descrito em sua capacidade de integração com os demais elementos e em demais localidades. Como, também, sua força potencial de atração de turistas.

Quando se tratam de atrativos turísticos, devemos buscar os elementos de sua autenticidade, genuinidade, diferenciação e sustentabilidade. Características objetivas (tangíveis, mensuráveis, quantitativas e qualitativas) e características subjetivas (emocionais, sociais e representativas).

Assim, mesmo uma mata nativa com características comuns e simples no que se refere a elementos de sua flora e fauna, pode ser considerada um atrativo natural ao se distinguir por ser um espaço onde há histórias, lendas, presenças esotéricas, encontros sociais, acampamentos eventuais entre outros.

Tenha em mente que os atrativos naturais, sobretudo, requerem controle sobre seu uso e capacidade de recepção. Portanto, a sustentabilidade é o foco deste levantamento, devendo ser registradas todas e quaisquer percepções de desvios de conduta nestes espaços. Muitas vezes, na intenção de elevar a qualificação de atrativos, os informativos em fontes secundárias não registram tais desvios.

Portanto, é fundamental a análise no local. Lembrando sempre que o registro dos desvios não é para desqualificar o atrativo e, sim, elementos necessários para a tomada de ações que venham a preservá-lo e lhe atribuir longevidade.

O levantamento das informações deve ser dividido em:

a) Pesquisa de Laboratório – reúne informações secundárias, ou seja, aquelas obtidas em pesquisas anteriores e em informações bibliográficas coletadas em livros, documentos, arquivos, folhetos, Internet e outras fontes esclarecedoras.

b) Pesquisa de Campo - é a verificação das informações obtidas na pesquisa de laboratório, bem como a obtenção de outras informações *in loco*, para fins de complementação, comprovação e atualização. Para tanto, é fundamental que o pesquisador visite os locais dos componentes a serem inventariados.

Antes de preencher os formulários, leia atentamente as instruções.

Previamente à pesquisa de campo, preencha a lápis as informações já disponíveis obtidas com a pesquisa de laboratório. Estas informações devem ser confirmadas ou modificadas na pesquisa de campo.

Utilize caneta preta ou azul para o preenchimento dos campos. Havendo alternativa a ser marcada, circule a(s) alternativa(s) desejada(s). A fim de facilitar o entendimento, caso ocorra erro na escolha da opção, dê dois riscos transversais sobre a opção errada e circule a opção correta, conforme exemplo a seguir:

~~1.1~~ SIM

1.2 NÃO

Caso algum formulário não seja suficiente para o registro de todas as informações, utilize outro questionário, ou mesmo o verso, identificando-o como “Continuação”, preenchendo o cabeçalho de identificação de cada um, indicando o número do item que corresponde ao que está sendo respondido.

Vale lembrar que se algum item não se aplicar à informação solicitada, utilize o termo “**NA**”, o qual significa “não se aplica”; se o pesquisado se recusa a responder a pergunta, utilize “**NI**”, o qual significa “não informou/não respondeu” e se a informação, apesar de ter sido buscada, for inexistente, escrever “**NE**”, não existe.

Todas as questões devem ser preenchidas, de forma compreensível e legível. Apenas podem ficar em branco as perguntas que não foram feitas em razão de alguma situação específica explicada nos campos de observações e/ou informações complementares. Ainda assim, devem ser utilizadas as siglas “**NA**”, “**NI**” ou “**NE**”.

No caso de “serviços e equipamentos para gastronomia” e “serviços e equipamentos para eventos” que se localizem dentro de meios de hospedagem, deve-se observar, antes do preenchimento dos questionários, se tais serviços e equipamentos são para uso exclusivo dos hóspedes. Em caso positivo, estes serviços e equipamentos devem ser registrados apenas no Formulário 08, Categoria B1: Serviços e Equipamentos de Hospedagem. Em caso negativo, estes serviços e equipamentos, além de serem registrados no Formulário 08, deverão ser descritos nos Formulários 09 ou 19.

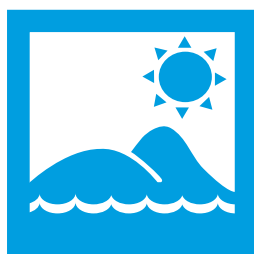
Recomenda-se a utilização de aparelho de GPS — Sistema de Posicionamento Global — para preenchimento dos campos 2.4 LATITUDE e 2.5 LONGITUDE do Formulário C1 - Atrativos Naturais, uma vez que tal ferramenta facilita a localização dos atrativos.

Uma vez que o objetivo do Inventário da Oferta Turística é levantar toda a oferta existente, estabelecimentos sem registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) também deverão ser inventariados. Deve-se, em suma, cadastrar todos os estabelecimentos abertos ao público.

Formulário 15

C1

Atrativos Naturais



Manual do Pesquisador

C1 ATRATIVOS NATURAIS

Elementos da natureza que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxos turísticos (montanhas, rios, praias, cavernas, cachoeiras, clima, flora, fauna).

C.1.1 MONTANHAS

Grandes elevações naturais do terreno, constituídas por agrupamento de morros, serras, escarpas, etc. O Inventário considera as formas de aparência exótica ou curiosa, avistadas a distância, que se destacam dentro da paisagem ou locais de altitude e que possibilitem a realização de atividades de lazer ou desportos.

1.1.1 Picos/cumes

Pontos proeminentes do relevo montanhoso conhecidos como picos ou cumes, assim como as formas arredondadas de cabeços e pontões, íngremes e sem vegetação, conhecidos como “pães de açúcar”. Ex.: Pico da Bandeira (ES), Pão de Açúcar (RJ).

1.1.2 Serras

Conjunto de elevações com escarpas íngremes, apresentando algumas vezes elevações consideráveis. Ex.: Serra do Mar, Serra da Mantiqueira.

1.1.3 Montes/morros/colinas

Conjunto de elevações menores que sofreram erosão, podendo se apresentar como morros isolados - caso do sertão nordestino - ou formando um conjunto de morros - caso da Zona da Mata mineira. Montes e colinas são similares. Esses morros no Brasil apresentam superfície arredondada devido ao efeito das oscilações da temperatura que contrai e dilata as rochas.

C.1.2 PLANALTOS E PLANÍCIES

Planaltos são superfícies que se apresentam elevadas, delimitadas por escarpas, sem grandes desníveis de saliências e reentrâncias, a qualquer altitude variável acima de 300m. As planícies correspondem à área extensa e plana na qual os processos de sedimentação superam os de erosão. Existem planícies costeiras - no litoral brasileiro – e planícies continentais, formadas pelos depósitos de sedimentos deixados pelos rios.

1.2.1 Chapadas/tabuleiros

Chapadas são formas de relevo tabular constituídas por uma cobertura sedimentar antiga. Essas chapadas são divisores de águas, nascendo aí os rios de diversas bacias. Ex: Chapada dos Guimarães (MT), Chapada dos Veadeiros (GO).

Tabuleiros são faixas descontínuas de terras baixas ao longo do litoral. Podem ocorrer tabuleiros em áreas continentais.

1.2.2 Patamares

Degraus mais ou menos altos, localizados nas encostas dos planaltos, que permitem a apreciação de vistas panorâmicas.

1.2.3 Pedras tabulares/matacões

Blocos de granito não-decompostos, de forma arredondada, produzido pela esfoliação tipo casca de cebola, que resulta de causas como intemperismo, atividade glacial, transporte fluvial e ação das ondas no litoral e que se destacam na paisagem. Ex: Matacão de Pirituba (SP).

1.2.4 Vales

Depressões que ocorrem entre duas elevações, correspondendo também a planícies à beira de um rio. Têm várias origens. Ex.: Vale do Itajaí (SC).

1.2.5 Rochedos

Escarpas que se salientam no mar ou no continente e apresentam aspectos de grande beleza.

C.1.3 COSTAS OU LITORAL

Abrange tudo o que vem a ser a zona de contato das águas (oceanos e mares) com a terra (continente e ilhas). Genericamente, todo tipo de costa ou litoral traz muita viabilidade para o uso turístico e é essa viabilidade que interessa ao Inventário.

1.3.1 Praias

Costas baixas resultantes de acumulação de areias, finas ou grosseiras, que sofrem o processo de regressão do mar e apresentam características diversas. Serão classificadas pela paisagem onde se situam. Algumas podem estar agrupadas e outras, isoladas, mas cada uma apresenta suas peculiaridades. Como localização, podem estar em perímetro urbano ou não, ou podem inserir-se em um conjunto balneário. Nos rios formam-se praias fluviais e nos lagos, praias lacustres.

1.3.2 Restingas

Estreitas faixas arenosas que as correntes marinhas constroem por acumulação (cordões litorâneos), na entrada de baías ou estuários de rios, formando lagoas costeiras. Ex: Restinga da Marambaia (RJ).

1.3.3 Mangues

Lodaçais com vegetação halófila, isto é, resistente ao sal, encontrada em planícies costeiras e sujeita a inundações da maré. Estendem-se pelo litoral tropical, em reentrâncias da costa, próximos às desembocaduras dos cursos d'água. Os manguezais - mangues - ocorrem ao longo de toda a costa brasileira. São áreas de proteção ambiental.

1.3.4 Baías/enseadas

Baías são reentrâncias da costa pelas quais o mar penetra o interior das terras nas áreas de depressão, apresentando um formato de curva mais estreita.

Enseadas são curvaturas ao longo da costa que forma uma baía aberta. Ex: Baía de Todos os Santos (BA) e enseada de Angra dos Reis (RJ).

1.3.5 Sacos

Pequenas reentrâncias no litoral, que se caracterizam por sua boca estreita e largura interior. Normalmente apresentam-se como excelentes fundeadouros por serem protegidos dos ventos e das correntes marinhas. Ex: Saco de São Francisco (SC).

1.3.6 Penínsulas/cabos/pontas

Penínsulas são extensas porções de terra cercadas de água pelos lados, menos por um, pelo qual se ligam ao continente. Ex.: península de Itapagipe (BA).

Cabos são porções de terra que se estendem para a água, são menores que as penínsulas e maiores que as pontas. Ex.: Cabo Frio (RJ).

Pontas são pequenas porções de terra que se estreitam à medida que avançam sobre o mar. Ex.: Ponta de Seixas (PB).

1.3.7 Falésias/barreiras

Termos usados indistintamente para designar as formas de relevo litorâneo, abruptas ou escarpadas, como se fossem paredões, nos quais a destruição marinha é ativa e cuja importância está vinculada ao valor paisagístico e ecológico do atrativo.

1.3.8 Dunas

Elevações arenosas cuja evolução e forma dependem de três fatores: vento, quantidade de areia e agentes de fixação, como vegetação, umidade, pedras e outros. Podem ser costeiras ou continentais. Ex: Dunas do Abaeté (BA), Lençóis Maranhenses (MA).

C.1.4 TERRAS INSULARES

Territórios constituídos de ilhas continentais, costeiras, oceânicas, fluviais, deltaicas, lacustres e ilhas oceânicas. A inclusão de recifes e atol nesse tipo deve-se à existência de formações sedimentares em arenito e coral nas costas do Nordeste brasileiro.

1.4.1 Ilhas

Porções de terras emersas, de tamanhos variados e de origens diferentes, circundadas por água doce ou salgada. Ex:

- Ilha de Itaparica (BA) - ilha continental;
- Ilha de Marajó (PA) - ilha fluvial;
- Ilhas de Trindade e Martim Vaz (ES) - ilhas oceânicas.

1.4.2 Arquipélagos

Agrupamento de ilhas concentradas em áreas de rios e oceanos ou que se formam na foz deltaica dos rios por origem sedimentar. Ex.: Arquipélagos de Fernando de Noronha (PE) e de Abrolhos (BA).

1.4.3 Recifes/atol

Formações litorâneas próximas da costa e diferenciadas por sua origem mineral (de arenito) ou biológica (acumulação de corais), caracterizadas pelo formato circular, contendo, ao centro, uma laguna pouco profunda. Ex.: Atol das Rocas (PE).

C.1.5 HIDROGRAFIA

Conjuntos das águas correntes ou estáveis de uma região. A rede hidrográfica é formada por bacias fluviais e não é um atrativo. Seus rios são atrativos, logo, o Inventário registra exclusivamente o aproveitamento de trechos para percursos, margens com instalações balneárias, formações de praias naturais, existência de áreas de pesca, canais de ligação de importância, cachoeiras ou outras partes do todo. As águas integram também os deltas, que são um tipo de foz onde se dá a deposição de detritos transportados pelo rio. Ocorre a sedimentação e o rio passa a desaguar por vários braços.

1.5.1 Rios

Cursos d'água doce existentes na superfície da terra, que se deslocam de um nível mais elevado para outro mais baixo. Apresentam feições variadas e formam diversos acidentes que serão considerados para a finalidade do Inventário: nascentes, vertentes ou trechos que apresentem qualquer interesse. Podem aparecer outras terminologias regionais:

- igarapés: braços de rios que penetram na floresta e permitem a navegação;
- furos: canais que estabelecem comunicação do rio com seu principal afluente;
- paraná-mirins: braços menores do rio que não permitem a navegação;
- arroios: pequenos cursos d'água.

1.5.2 Lagos/lagoas

Grandes extensões de água concentradas em depressões do solo e cercadas de terra. Nesse tipo deverão ser incluídos os açudes e reservatórios de água resultantes de represamento de rios.

1.5.3 Praias fluviais/lacustres

Áreas com depósitos de areia às margens de rios e lagoas. Ex: Ponta Negra (AM).

1.5.4 Alagados

Regiões inundadas formadas em terreno plano, constituindo baixadas inundáveis ou dessecadas, também conhecidas como depressões. O Pantanal (baixada sujeita a inundações do Rio Paraguai) é a denominação dada à unidade geomorfológica dos Estados de Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso.

C.1.6 QUEDAS D'ÁGUA

Denominação genérica de todos os tipos de desnivelamento do perfil de um rio, dando origem a saltos, cachoeiras, cascatas, corredeiras, cataratas, de acordo com a altura da queda longitudinal sofrida pelo rio.

1.6.1 Catarata

Queda d'água de grande extensão e grande volume de água. Ex.: Cataratas do Iguaçu (PR).

1.6.2 Cachoeira

Queda d'água vertical ou muito íngreme no curso de um rio. Ex.: Paulo Afonso (BA).

1.6.3 Salto

Queda d'água menor que forma saltos nas saliências das rochas, assemelhando-se a degraus.

1.6.4 Cascata

Queda d'água de pouca altura e volume reduzido.

1.6.5 Corredeira

Trechos acidentados dos rios onde as águas têm maior velocidade. São aproveitados pelo turismo para prática do rafting (descida em barcos infláveis).

C.1.7 FONTES HIDROMINERAIS E/OU TERMAIS

Águas ricas em sais e minerais, caracterizadas por suas propriedades terapêuticas ou de revigoramento. Podem ser ferruginosas, magnesianas, sulfurosas, radioativas, etc. São termais as que apresentam a temperatura mais elevada que o ambiente.

C.1.8 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Áreas delimitadas e protegidas por lei, dotadas de atributos naturais excepcionais, com o objetivo de resguardar amostra representativa dos ecossistemas do País constantes no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Para fins deste Inventário deverão ser levantadas apenas as UCs com possibilidade de visitação pública atual ou futura.

1.8.1 Nacionais

1.8.2 Estaduais

1.8.3 Municipais

1.8.4 Particulares

C.1.9 CAVERNAS, GRUTAS E FURNAS

Cavernas e grutas são cavidades de formas variadas que podem apresentar salões, galerias, degraus e sumidouros. A denominação “lapa” é usada em alguns Estados do Brasil para cavidades ou grutas que aparecem nas encostas das rochas.

Furnas são cavidades que aparecem em encostas de barrancos por desmoronamento ou mesmo dissolução das rochas.

C.1.10 ÁREAS DE CAÇA E PESCA

Criadas pelo poder público, podem ser públicas ou particulares, destinadas à prática temporária de caça/ pesca amadorista em diferentes regiões do País, tendo como objetivo o manejo e as facilidades para essas atividades e garantindo a permanência das espécies (Código de Caça - Lei nº 5.197/97 e outras legislações pertinentes).

C.1.11 FLORA

Ecossistema predominante, tipo de vegetação, com destaque para a diversidade florística, as espécies endêmicas, raras e em extinção.

C.1.12 FAUNA

Diversidade faunística do ecossistema da região, com destaque para as espécies endêmicas, raras e em extinção.

C.1.13 OUTROS

Dada a impossibilidade de um conhecimento abrangente de cada região, considerando a extensão e diversidade da paisagem brasileira, os aspectos regionais específicos que não foram contemplados deverão ser especificados em Outros por seus nomes próprios.

CARACTERÍSTICAS RELEVANTES

ÁGUA POTÁVEL

Água com qualidade apropriada para ingestão humana.

ALTURA/EXTENSÃO/LARGURA/PROFUNDIDADE/ÁREA/INCLINAÇÃO

Variáveis de medidas solicitadas para os atrativos, podem ser informadas por cálculo aproximado e devem referir-se apenas às partes ou aos trechos que estão sendo inventariados.

ANCORADOURO/FUNDEADOURO/PORTO

Local seguro que sirva de abrigo às embarcações para caso de necessidade ou conveniência de ancoragem.

ÁREA INTERNA (ALTURA, LARGURA, EXTENSÃO)

Área aproximada (altura, largura, extensão) do espaço interno para cálculo de capacidade de visitação (capacidade de carga).

ÁREAS CULTIVADAS

Superfícies caracterizadas pelo cultivo de espécies vegetais.

ATIVIDADE ESPORTIVA

Prática de esportes competitivos, recreacionais e atividades de aventura (Ex: canoagem, rafting, boiacross, vela, remo, natação, etc.)

BAÍAS/ENSEADAS/SACOS

Baías são reentrâncias da costa pelas quais o mar penetra o interior das terras nas águas de depressão, apresentando um formato de curva mais estreita. **Enseadas** são curvaturas ao longo da costa que forma uma baía aberta. **Sacos** são pequenas reentrâncias no litoral, que se caracterizam por sua boca estreita e largura interior. Normalmente apresentam-se como excelentes fundeadouros por serem protegidos dos ventos e correntes marinhas. Ex: Baía de Todos os Santos (BA), Enseada de Angra dos Reis (RJ) e Saco de São Francisco (SC).

CENTRO DE APOIO

Centro urbano mais utilizado para abastecer ilhas e arquipélagos.

CLIMA

Conjunto de condições meteorológicas (temperatura, pressão, ventos, umidade e chuvas) características do estado médio da atmosfera em um ponto da superfície terrestre.

DEFICIÊNCIA HÍDRICA

Resultado (negativo) do balanço hídrico em que o total de água que entra no sistema via precipitação é menor que a quantidade total de água perdida pela evaporação e pela transpiração pelas plantas.

DESCRIÇÃO DA PAISAGEM

Aspectos de relevância, formas ou fenômenos que constituam diferenças e que configurem o entorno ambiental do atrativo e atuem no estímulo do observador.

DIVERSIDADE FAUNÍSTICA

Espécies animais de uma região, com destaque para as endêmicas, raras e em extinção, especificando os locais e a época de observação.

DIVERSIDADE FLORÍSTICA

Ecosistema predominante, tipo de vegetação, com destaque para as espécies endêmicas, raras e em extinção, especificando os locais e a época de observação.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Informar as condições em que se encontra o atrativo (boas ou más), além de descrever as intervenções técnicas e científicas, periódicas ou permanentes, que visem conter deteriorações.

ESTALACTITES E ESTALAGMITES

Formações naturais resultantes da precipitação de material calcário dissolvido pela água que adquire formas exóticas e caprichosas; estalactites: pendentes do teto; estalagmites: em sentido inverso, do solo para o teto.

EXISTÊNCIA DE PRAIAS

Orla de rios, lagos e mares, geralmente coberto de areias ou pedras. Como localização, podem estar em perímetro urbano ou não, ou podem inserir-se em um conjunto balneário. Nos rios, formam-se praias fluviais; nos lagos, praias lacustres; e nos mares, praias marítimas.

EXTENSÃO DE PERCURSOS COM SEGURANÇA

Distância aproximada que pode ser percorrida para visita com segurança.

FAUNA

Espécies destinadas à caça, pesca ou observação. (nome genérico das espécies dominantes ou daquela que se destaca como característica do atrativo).

FLORA

Espécies florísticas, com ênfase nas espécies dominantes e endêmicas.

FLORA E FAUNA MARINHA

Agrupamentos de flora, bancos coralíneos e espécies de fauna marinha.

ILHAS, CORREDEIRAS, VÁRZEAS

Ilhas, corredeiras com ou sem possibilidade de atividades esportivas, e rio ou corpo d'água em que se encontram. Citar a ocorrência de várzeas junto às margens dos rios, lagos e lagoas.

IMPACTOS AMBIENTAIS

Alterações que ocorrem no ambiente motivadas por poluição, contaminação, lixo, resíduos químicos, etc.

INFRA-ESTRUTURA DE APOIO AO TURISMO

Conjunto de obras, de estrutura física e serviços que proporciona boas condições de vida para a comunidade e dá base para o desenvolvimento da atividade turística: sistemas de transportes, energia elétrica, serviço de abastecimento de água, arruamento, sistema de comunicação, sistema educacional, etc.

INTENSIDADE DAS ONDAS/MARÉS/VENTOS

Intensidade de movimentos oscilatórios de vagas marés ou correntezas e intensidade dos ventos de acordo com as variáveis estabelecidas: ventos fracos, ventos médios ou moderados, ventos fortes.

LEGISLAÇÃO

Conjunto de leis acerca de determinada matéria.

LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO

Conjunto de leis acerca de determinada matéria com finalidade de proteger algo Ex: APA's etc.

LOCAIS DE OBSERVAÇÃO DA FAUNA E FLORA

Área(s) de observação de fauna silvestre, fauna aquática ou da flora (época do ano em que são visíveis e como é possível fazer a observação).

LOCAIS E ÉPOCAS DE OBSERVAÇÃO

Identificar o lugar e o período onde é possível observar determinadas espécies.

LOCAIS E TRILHAS DE INTERESSE PARA VISITAÇÃO

Área(s) ou trilha(s) onde o campo visual proporcione maior aproveitamento para contemplação ou utilização da paisagem.

MARGENS APROVEITÁVEIS PARA LAZER

Áreas que possibilitem a realização de atividades recreacionais: jogos, piqueniques, exposições ao sol, etc.

MESO-REGIÃO

Agrupamento de municípios próximos que possuem características de coesão econômica, geográfica, histórica, cultural, etc.

NASCENTE

Vertentes que dão origem a cursos d'água.

NAVEGABILIDADE

Que pode ser navegado, informar o calado ou a profundidade e que tipo de embarcação.

NÚMERO DE SALTOS

Quantidade de saltos de uma cachoeira ou catarata.

OCORRÊNCIA DE CAÇA OU PESCA

Área e época apropriadas para a pesca ou caça desde que permitidas por lei (tipo, condições e época do ano favoráveis a atividades recreacionais de torneios e campeonatos).

OCORRÊNCIA DE FENÔMENOS NATURAIS

Deverá ser registrado a ocorrência de qualquer fenômeno do tipo: “encontro das águas”, “pororoca”, etc.

PAISAGENS CÊNICAS, PONTOS DE OBSERVAÇÃO

Locais/espacos que, por si só, tornam-se atrativos possibilitando a contemplação da paisagem e do seu entorno.

PLANO DE MANEJO

Instrumento que determina as características e as formas de uso de Unidades de Conservação e outras áreas protegidas.

POSSIBILIDADE DE BANHO

Condições de banho ou outras atividades recreacionais.

PRAIA/POSSIBILIDADE DE BANHO

Tipo de costa e seus aspectos singulares como restingas, falésias, baías, enseadas, recifes e locais de banho.

PRESENÇA DE POPULAÇÃO RESIDENTE E/OU CONSTRUÇÕES

Observação feita com base no grau de urbanização do local: habitantes/edificações.

PROPRIEDADES DAS ÁGUAS

Possibilidade de uso terapêutico ou curativo das águas, para banhos ou para ingestão, caracterizando-as como termais, hidrominerais, etc.

QUALIDADE DA ÁGUA (COR, TRANSPARÊNCIA E TEMPERATURA)

Cor predominante da água, temperatura específica estabelecida segundo variações: muito fria, fria, morna.

QUALIDADE DA AREIA

Especificação feita com base nos grãos da areia: finos ou grossos, na cor: branca, amarela, escura ou outra.

QUEDAS D'ÁGUA

Cataratas, cachoeiras, saltos ou cascatas que se lançam nos rios (altura e volume: grande, médio ou pequeno).

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS

Conjunto de serviços, edificações e instalações indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística e que existem em função desta. Compreendem os serviços e os equipamentos de hospedagem, alimentação, agenciamento, transportes, para eventos, de lazer e entretenimento, etc.

SINGULARIDADE (FENÔMENOS DE OCORRÊNCIA OCASIONAL)

Qualquer ocorrência singular que o atrativo tenha, diferenciando-o de outro atrativo congêneres.

VALES

São depressões que ocorrem entre duas elevações, correspondendo também a planícies a beira de um rio. Têm várias origens. Ex: Vale do Itajaí (SC).

VEGETAÇÃO

Descrição de vegetação dominante na paisagem ou daquela que se destaca como importante para o atrativo, identificando o respectivo ecossistema.

VISIBILIDADE INTERIOR

Referência à entrada de luz natural nas cavernas, grutas e furnas ou à existência de iluminação artificial.

VOLUME DE ÁGUA HIDROMINERAL OU TERMAL

Quantidade de água existente (grande, média, pequena) e se é perene ou não.

FORMULÁRIO 15

ATRATIVOS NATURAIS

CABEÇALHO

UF: Informar a sigla da Unidade da Federação;

REGIÃO TURÍSTICA: Informar o nome oficial da Região Turística;

MUNICÍPIO: Informar o nome oficial do Município;

DISTRITO: Citar, se for o caso, o nome do distrito onde se encontra o atrativo;

TIPO: Preencher o tipo (de acordo com item anterior: TIPOS E SUBTIPOS);

SUBTIPO: Preencher o subtipo do atrativo (de acordo com item anterior: TIPOS E SUBTIPOS).

IDENTIFICAÇÃO

1- DESCRIÇÕES DO ATRATIVO

1.1 NOME OFICIAL: Citar o nome do atrativo;

1.2 NOME POPULAR: Informar como o atrativo é conhecido popularmente;

1.3 NOME DA ORGANIZAÇÃO MANTENEDORA/GESTORA: Citar o nome jurídico de registro da organização - se for o caso - que mantém o atrativo. Registrar o nome da pessoa responsável, bem como seus contatos. Em se tratando de pessoa física, indicar o nome e contato do(s) mantenedor(es).

1.4 CNPJ: Citar o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, caso exista;

1.5 TELEFONE/FAX: Citar os números dos telefones e do fax, não esquecendo de registrar o código DDD;

1.6 SITE: Informar o endereço – website - na Internet;

1.7 E-MAIL: Informar o endereço eletrônico na Internet;

2 – LOCALIZAÇÃO E AMBIÊNCIA

2.1 ENDEREÇO: Citar o endereço (rua, nº, bairro, local, rodovia, CEP, bloco, quadra) ou outra referência que situe o atrativo, especialmente os localizados na área rural. Se possível, anexar fotos e mapa de acesso ao atrativo.

2.2 PONTO DE REFERENCIA: Mencionar os pontos que servem como referência para o deslocamento de um visitante até o atrativo.

2.3 LOCALIZAÇÃO: Circular o número referente à opção que informa se o atrativo está localizado em área Urbana, Rururbana ou Rural. Considera-se área urbana o local cuja

ocupação seja própria da vida na cidade, apresentando caráter de cidade. Área rural é aquela relativa a ou própria do campo. É um local campestre, agrícola, rústico. Rururbana é a área pertencente a ou relacionada com o espaço resultante do encontro entre a área rural e a urbana. Trata-se de espaço físico diferenciado do restante da cidade onde, além do uso rural - áreas de cultivo, terrenos baldios e áreas de preservação ambiental – ocorre o uso urbano, havendo ocupações por: a) subúrbios com casas e população próximas à cidade; b) pequenos agrupamentos de casas em torno de uma fábrica antiga transferida para a área periférica ou uma nova construída no local; c) proliferação das propriedades unifamiliares.

2.4 LATITUDE: Inserir a latitude do atrativo natural colhida com o uso de aparelho de GPS (Sistema de Posicionamento Global). Ex.: 5° 22' 30" S

2.5 LONGITUDE: Inserir a longitude do atrativo natural colhida com o uso de aparelho de GPS (Sistema de Posicionamento Global). Ex.: 47° 52' 30" W

3 – LOCALIDADE MAIS PRÓXIMA DO ATRATIVO

3.1 NOME DA LOCALIDADE: Mencionar a sede municipal, o distrito, o sub-distrito ou o povoado mais próximo cujo acesso seja o mais utilizado, mesmo que não pertença ao município do atrativo. Ex. Povoado de Coelhos.

3.2 DISTÂNCIA DA LOCALIDADE MAIS PRÓXIMA (Km): Indicar a distância em Km da localidade descrita no item acima ao atrativo (sede municipal, o distrito, o sub-distrito ou o povoado). Havendo mais de uma localidade próxima, especificar.

3.3 DISTÂNCIA DO PONTO ZERO DO MUNICÍPIO (Km): Indicar a distância em Km do atrativo ao principal ponto referencial do município.

ACESSO/MICROACESSIBILIDADE

4- SINALIZAÇÃO

4.1 SINALIZAÇÃO GERAL: A sinalização é um dos elementos fundamentais para o bom andamento do trânsito. Além de explicitar para motoristas e pedestres as regras de uso da via, é nela que o usuário baseia suas decisões, seus trajetos, seu procedimento ao dirigir, pedalar ou caminhar. As mensagens apresentadas em cada placa, marca viária, luz ou qualquer outro elemento, devem primar pela relevância e pela clareza, contribuindo para um tráfego mais fluido e menos sujeito a riscos de acidentes. Assinalar com "X" a existência ou não de sinalização. Informar se o atrativo encontra-se bem, mal ou não está sinalizado. Para tanto, considerar-se-á um local como bem sinalizado quando houver instalação, disposição ou conjunto de sinais (luminosos, visuais, acústicos) que leve em consideração o disposto no Código de Trânsito Brasileiro - CTB, proporcionando facilidade e segurança à circulação de pedestres e motoristas. Mal sinalizado, para este documento, é o local que, apesar de apresentar sinais de comunicação, não proporciona facilidade e segurança à circulação de visitantes, ou aquele cujos sinais não respeitam os padrões estabelecidos (Ex.: sinalização encoberta pela vegetação, sinalização que não

segue o CTB). Não sinalizado é o local que não dispõe de meio de comunicação para a orientação de pedestres e motoristas. Informar, ainda, se a sinalização oferece algum tipo de adaptação a pessoas com deficiência (informativos em Braille, semáforos sonorizados, elevadores com comunicação auditiva ou com teclas adaptadas em Braille, etc.).

4.2 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA: A Sinalização de Orientação Turística faz parte do conjunto de sinalização de indicação de trânsito. Ela segue os mesmos objetivos e princípios fundamentais, com vistas a garantir a eficiência e a segurança do sistema viário para os usuários das vias urbanas e rurais. É utilizada para informar os usuários sobre a existência de atrativos turísticos e de outros referenciais, sobre os melhores percursos de acesso e, ao longo destes, a distância a ser percorrida para se chegar ao local pretendido. É direcionada àquele usuário que, via de regra, não conhece bem a região ou cidade onde está circulando e deve seguir padrões internacionais. Assinalar com “X” a existência ou não de sinalização específica para orientação turística de visitantes. Informar se o atrativo encontra-se bem, mal ou não está sinalizado. Para tanto, considerar-se-á um local como bem sinalizado quando houver instalação, disposição ou conjunto de sinais (luminosos, visuais, acústicos) que leve em consideração a linguagem pictográfica, a cor padronizada internacionalmente e a articulação com a sinalização indicativa em geral, proporcionando facilidade e segurança à circulação de visitantes, sejam eles nacionais ou estrangeiros. Mal sinalizado, para este documento, é o local que, apesar de apresentar sinais de comunicação, não proporciona facilidade e segurança à circulação de visitantes, ou aquele cujos sinais não respeitam os padrões estabelecidos (Ex.: Sinalização encoberta pela vegetação, sinalização apenas em português). Não sinalizado é o local que não dispõe de meio de comunicação para a orientação de visitantes. Informar, ainda, se a sinalização oferece algum tipo de adaptação a pessoas com deficiência (informativos em Braille, semáforos sonorizados, elevadores com comunicação auditiva ou com teclas adaptadas em Braille, etc.).

5- MEIOS DE ACESSO: Indicar os meios de acesso ao atrativo (rodoviário, hidroviário, etc.), especificando o estado de conservação de cada um. Para tanto, considera-se em BOM estado a via que, em função do seu estado de conservação, permita aos visitantes chegar ao atrativo em qualquer época do ano, sem possíveis transtornos causados pela conservação da via. Como REGULAR, aquela em função do seu estado de conservação, restrinja o uso aos visitantes em determinado período do ano (ex. pista esburacada) e como RUIM aquela via que dificulte o acesso dos visitantes ao atrativo. Ex.: caminhos, atalhos, etc.

6- VIA TERRESTRE: Especificar se a via terrestre está pavimentada, parcialmente pavimentada ou não pavimentada, de acordo com os conceitos de via urbana e via rural. Considera-se como pavimentação qualquer revestimento do solo.

6.1 URBANA: Ruas, avenidas, vielas ou caminhos e similares abertos à circulação pública, situados na área urbana, caracterizados, principalmente, por possuírem imóveis edificadas em sua extensão.

6.2 RURAL: Estradas (não pavimentadas) e rodovias (pavimentadas)

6.3 PAVIMENTAÇÃO: Especificar o tipo de pavimentação utilizado. Esclareça-se que Pavimentação Ecológica refere-se ao tipo de asfalto que utiliza pneus reciclados como matéria-prima ou o asfalto branco que retém menos calor, e, por isso, atrai menos animais, diminuindo a mortalidade dos mesmos. Pavimentação de saibro é aquela composta por areia grossa e grânulos de pedra.

7 – ACESSO MAIS UTILIZADO

7.1 ACESSO MAIS UTILIZADO: Informar qual é a via de acesso mais utilizada para se chegar ao atrativo.

7.2 ADAPTADO (especificar): Especificar se esta forma de acesso encontra-se adaptada para pessoas com necessidades especiais e descrever quais são as adaptações existentes.

7.3 GRAU DE UTILIZAÇÃO: Circular o número correspondente à opção que diz o grau de utilização da via de acesso mais utilizada: MUITO UTILIZADO: acesso com movimentação de visitantes diária e constante; REGULAR: acesso com movimentação sazonal de visitantes (fins de semana, feriados, alta temporada); POUCO UTILIZADO: acesso utilizado apenas eventualmente.

7.4 ATENDE ÀS NECESSIDADES ATUAIS ? Informar se o acesso mais utilizado para se chegar ao atrativo atende às necessidades atuais ou encontra-se sobrecarregado, necessitando expansão, duplicação ou reforma.

7.5 PERMITE EXPANSÃO NO VOLUME DE VISITANTES ? Informar se o acesso mais utilizado para se chegar ao atrativo, nas condições em que se encontra atualmente, tem condições de atender a um aumento no volume de visitantes.

7.6 TEMPO NECESSÁRIO PARA SE CHEGAR AO ATRATIVO PARTINDO DA LOCALIDADE MAIS PRÓXIMA: Especificar o tempo necessário para se chegar ao atrativo, partindo-se da localidade mais próxima, descrita no item 3.

7.7 DESCRIÇÕES DO ACESSO MAIS UTILIZADO: Descrever o percurso do acesso mais utilizado para se chegar ao atrativo, considerando dificuldades e/ou facilidades constatadas durante o percurso e confirmando como ponto de partida a localidade citada no item 3. Especificar se o acesso ao atrativo é em ladeira íngreme ou suave; se existe escadaria e qual o número de degraus; quando houver uma ou mais modalidades de transporte característico (bonde, teleférico, cremalheira etc.) necessária para se chegar ao atrativo; a adaptabilidade de cada item para pessoas com deficiência. Registrar as questões ambientais (poluição, lixo, desmatamento, queimadas, venda de animais silvestres, extrativismo exploratório, caça e pesca predatórias) e sociais (invasões, ocupações irregulares, prostituição, insegurança) observadas. Registrar também os atrativos do acesso (ambientais, vistas, elementos estéticos da paisagem, ecogeológicos, históricos entre outros), a presença de Obras Arquitetônicas (pontes, passarelas, viadutos e galerias) de destaque, as oportunidades e/ou ocorrência de atividades de esportes de aventura, turismo de observação ou de pesca. Descrever a facilidade para estacionamento de automóveis, ônibus de turismo, motocicletas e bicicletas. Inserir mapa, se possível.

8 – TRANSPORTES PARA O ATRATIVO: Informar os três tipos de transporte mais utilizados para se chegar ao atrativo, detalhando a frequência (no caso de transporte público), a qualidade do transporte (no caso de transporte público) e as adaptações existentes para pessoas com deficiência. Em relação à qualidade, considera-se como BOM o transporte cujos veículos se encontram em estado de conservação adequado, de maneira a não colocar a vida dos passageiros em risco. Também devem ser observadas questões de pontualidade, locais de venda de passagens, serviços oferecidos ao passageiro, frequência do transporte. REGULAR é o tipo de transporte que apesar de não apresentar todas as características já descritas, permite ao passageiro viajar em segurança e sem maiores transtornos. RUIM é aquele transporte que não garante ao passageiro ser transportado com segurança, correndo sérios riscos de ocorrerem transtornos. Em outras informações, especificar as fontes de informação utilizadas na obtenção das frequências de horários. Citar o nome das empresas transportadoras, contatos e as linhas do percurso. No caso de horários irregulares, indicar o primeiro e o último. Não havendo transporte regular, anotar: “não há linha regular”, informando outra maneira possível de se visitar o atrativo (transporte próprio, contratado etc.). Caso o volume de horários seja muito expressivo, colocar site ou anexar tabela de horários.

PROTEÇÃO

9 – LEGISLAÇÕES DE PROTEÇÃO AO ATRATIVO: Informar se o atrativo possui legislação que o protege e indicar se trata de lei, decreto ou norma de restrição, municipal, estadual/distrital ou federal.

10 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

10.1 – O ATRATIVO É OU ESTÁ LOCALIZADO EM UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO?

Detalhar se o atrativo é ou está localizado em Unidade de Conservação.

10.2 – DE QUE TIPO (em caso afirmativo): Circular o número correspondente à opção que indica Unidade de Proteção Integral ou Unidade de Uso Sustentável, de acordo com definições do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, que divide as unidades de conservação em duas categorias: (1) unidades de proteção integral, que têm a conservação da biodiversidade como o objetivo principal, incluindo parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas, monumentos naturais e refúgios de vida silvestre; e (2) unidades de uso sustentável, que permitem a compatibilização de variadas formas e graus de exploração, as quais têm a proteção da biodiversidade como um objetivo secundário, incluindo as áreas de proteção ambiental, áreas de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reservas extrativistas, reservas de fauna, reservas de desenvolvimento sustentável e reservas particulares do patrimônio natural (RPPN). Caso o atrativo não tenha se enquadrado nas duas categorias descritas pelo SNUC, indicar se é um Parque Municipal ou Estadual.

10.3 – QUAL É A CATEGORIA (no caso de unidade de proteção integral): Caso tenha marcado a opção 10.2.1 – Unidade de Proteção Integral no item anterior, circular o número cor-

respondente à opção que indica a categoria da unidade, conforme definição do SNUC.

10.3 – QUAL É A CATEGORIA (no caso de área de proteção ambiental): Caso tenha marcado a opção 10.2.2 – Área de Proteção Ambiental no item anterior, circular o número correspondente à opção que indica a categoria da área, conforme definição do SNUC.

11 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO/PRESERVAÇÃO DO ATRATIVO: Informar em que estado de conservação/preservação o atrativo se encontra: em termos gerais, em relação a sua estrutura e condição higiênica. Caso o atrativo conte com sede administrativa ou centro de atendimento a visitantes, avaliar sua cobertura e seu interior. Utilizar o item observação para a inserção de detalhes. Considera-se **MUITO BOM** o atrativo que estiver limpo, organizado, com estrutura conservada, pintura das paredes e placas em estado adequado, banheiros e bebedouros equipados, torneiras e iluminação em perfeito funcionamento. Além disso, a maior parte do atrativo encontra-se preservado em natura ou ainda virgem. Como **BOM** se considera o atrativo que apesar de possuir algumas dessas características, não se encontra totalmente conservado/preservado. **REGULAR** é o atrativo cujo estado de conservação/preservação é mediano, há alguns elementos desagregativos, mas que estão sendo manejados, controlados ou monitorados. Considera-se **RUIM** a conservação/ preservação de um atrativo quando os banheiros estiverem sujos ou não equipados, as torneiras e a iluminação não estiverem funcionando adequadamente, o atrativo estiver sujo e desorganizado, as placas e paredes necessitarem de reparos urgentes. **DETERIORADO** é quando o atrativo encontra-se em estado de abandono, o ambiente estiver requerendo recuperação e todas essas características forem encontradas em conjunto.

FACILIDADES

12 - ENTRADA DO ATRATIVO: Circular as opções desejadas indicando quais as formas de entrada no atrativo. Informar se há centro de recepção, posto de informações, portaria principal, guarita ou outros tipos. Informar se a estrutura de entrada no atrativo encontra-se adaptada a pessoas com deficiência. Ex: rampas, informativos especiais, recepcionistas especializados, etc.

13 – VISITAÇÃO: Informar a época, os dias e o horário de visita pública. Indicar se a visita é guiada, autoguiada ou não guiada. Informar a duração média da visita em horas, se há guia de visita à disposição dos visitantes, e, havendo, se é pago ou gratuito, e se está disponível em outros idiomas. Informar se a entrada no atrativo é gratuita ou paga, e, neste caso, qual o valor em real, se é necessário algum tipo de autorização prévia para visitar o atrativo – neste caso, indicar contato - e se há limitação quanto a quantidade de visitantes simultaneamente.

14 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS NO ATRATIVO: Indicar a existência de serviços e equipamentos de caráter permanente que facilitem a visita, tais como: informações aos visitantes, informações educativas sobre ecologia e ecoturismo, demonstrando se há informações em braille e em outras línguas; sinalização indicativa, instalações sanitárias, locais para alimentação, monitores, hospedagem, serviços de lazer e entretenimento, informando a adaptabilidade a pessoas com deficiência; guia de turismo, serviços de limpeza, de coleta seletiva, atividades comerciais,

condutor capacitado para o recebimento de pessoas com deficiência.

15 – ATIVIDADES REALIZADAS NO ATRATIVO NATURAL: Mencionar as atividades programadas ou não, realizadas em espaço coberto ou ao ar livre, que se relacionem com o atrativo, tais como: exposições, festas, comemorações, competições ou quaisquer atividades esportivas, pedagógicas, etc. Indicar quais podem ser praticadas por pessoas com deficiência.

INFORMAÇÕES GERAIS

16 – ROTEIROS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS: Informar se o atrativo integra roteiros turísticos comercializados por agências de viagens. Em caso afirmativo, citar os roteiros e as agências que comercializam o atrativo, bem como seus telefones de contato.

17 – ORIGEM DOS VISITANTES: Circular o número que corresponde à principal origem dos visitantes, esclarecendo quais são os locais de origem da maior parte dos visitantes nacionais e dos internacionais (máximo 5). Informar a época do ano em que ocorrem o maior e o menor fluxos de visitação. Caso haja dados, informar a quantidade anual de visitantes que o atrativo recebe.

DESCRIÇÃO

18 – DESCRIÇÃO DO ATRATIVO: Descrever o atrativo enfatizando as características relevantes, de acordo com a importância e as diferenças que cada uma lhe confere. A descrição deverá caracterizar, resumidamente, os aspectos significativos e de relevância que uma paisagem natural desperta para o turismo. Como orientação, estão relacionadas, nas instruções, características específicas que deverão ser observadas na descrição para cada Tipo ou Subtipo. Consultar sempre os esclarecimentos sobre as Características Relevantes. Caso não haja ocorrência das características pedidas, informar também a ausência. Inserir outras características ou singularidades relacionadas diretamente com o atrativo. Utilizar pesquisas, estudos, materiais de divulgação, citar fontes. Sugerir sites com fotos. Fazer fotos de entrada e equipamentos. Colocar categoria do atrativo. Uma boa dica é entrevistar gestores locais/ativistas/moradores do município ou visitantes não moradores para levantar principais problemas e potenciais não estimulados. Especificar se existem SELOS ou CERTIFICADOS de reconhecimento público do atrativo no que tange a questão ambiental. Se existem parcerias/associação a alguma entidade nacional ou internacional de proteção ambiental e/ou proposição ecoturística.

19 – OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES: Mencionar qualquer dado observado no atrativo e que não tenha sido contemplado no conteúdo deste formulário, julgado importante para o seu registro e que venha a contribuir para o enriquecimento das informações.

20 – REFERÊNCIAS /DOCUMENTOS CONSULTADOS: Registrar os livros e os documentos consultados e também a fonte de depoimentos, entrevistas e as demais fontes de informações utilizadas.

EQUIPE RESPONSÁVEL

Especificar os dados completos dos agentes envolvidos no processo de inventariação do atrativo. Estas informações são fundamentais para que os agentes sejam contatados pelos coordenadores do projeto de inventariação e para a certificação de participação do projeto. Informar nomes e contatos de coordenador do curso, professor(es) orientador(es), pessoa de contato (interlocutor) no município e responsável pelo preenchimento dos formulários.

Formulário 16

C2

Atrativos Culturais



Manual do Pesquisador

C2 ATRATIVOS CULTURAIS

Elementos da cultura que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxos turísticos. São os bens e valores culturais de natureza material e imaterial produzidos pelo homem e apropriados pelo turismo, da pré-história à época atual, como testemunhos de uma cultura, representados por suas formas de expressão; modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, os objetos, os documentos, as edificações e demais espaços para destinos diversos; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. As manifestações culturais são criações culturais de natureza imaterial que, ao serem apropriadas pelo turismo, passam a ser chamadas “atrativos”, como festas, celebrações, rituais, folguedos, jogos, saberes e fazeres e seus produtos, música, dança, práticas culturais coletivas concentradas em determinados espaços, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos, como expressão de sua identidade cultural e social. Deverão ser inventariados apenas aqueles bens que permitam a visitação pública ou que possam, de alguma forma, ser apreciados pelo turista.

C.2.1 SÍTIOS HISTÓRICOS

Áreas consideradas como testemunho cultural do homem (da pré-história à época atual), pela homogeneidade e interesse especialmente artístico, histórico, científico e lendário, desde que permitam a visitação pública. São caracterizados como: a) locais de interesse cultural e histórico em razão de sua estrutura e morfologia urbana e pela homogeneidade e unidade da arquitetura, b) locais evocativos de acontecimentos cívicos, históricos e lendários e c) locais de interesse arqueológico e paleontológico. Podem ser:

- 2.1.1 Centro histórico
- 2.1.2 Cidade histórica
- 2.1.3 Conjunto histórico
- 2.1.4 Quilombo
- 2.1.5 Terra indígena
- 2.1.6 Conjunto paisagístico
- 2.1.7 Monumento histórico
- 2.1.8 Sítio arqueológico
- 2.1.9 Sítio paleontológico
- 2.1.10 Jardim histórico

C.2.2 EDIFICAÇÕES

2.2.1 Arquitetura civil

Edificações públicas ou privadas, urbanas ou rurais, com funções de residência, ensino e pesquisa, serviço e comércio – paço municipal; casa de câmara e cadeia; cadeia pública; casa de alfândega; casa de fundição; casa de intendência; mercado; educandário; colégio; escola; liceu; universidade; museu; biblioteca; arquivo; casa; casa nobre; casarão; sobrado; solar; mansão; palácio; palacete; chalé; casa-grande; casa de engenho; fazenda; chácara; quinta; hotel; farol; chafariz; fonte; bica; marco; arco da vitória; arco do triunfo; aqueduto; ponte e viaduto; hospital; asilo; orfanato; creche; santa casa de misericórdia; casa de caridade; casa pia; casa da providência.

2.2.2 Arquitetura militar

Edificações construídas para suprir as funções de defesa e proteção do território nacional – bateria; baluarte; bastião; fortim; forte; fortaleza; quartel.

2.2.3 Arquitetura religiosa

Edificações construídas para atender às funções de cultos, atividades assistenciais de proteção, amparo, arrimo, serviço médico, etc. (casa paroquial, casa capitular; palácio arquiépiscopal; oratórios; capela; ermida; abadia; igreja; basílica; catedral; sé; santuário, mosteiro; convento; recolhimento; seminário).

2.2.4 Arquitetura industrial/agrícola

Edificações especialmente construídas – para abrigar atividades industriais ou agrícolas – engenho; moinho; usina de beneficiamento; celeiro; alambique; fábrica.

2.2.5 Arquitetura vernacular

Edificações nas quais foram utilizados materiais de construção típicos do local – buriti, juta, pedras, barro, etc.

2.2.6 Arquitetura funerária

Monumento erigido para prestar homenagens fúnebres – panteão; mausoléu; cruzeiro; túmulo; memorial.

2.2.7 Ruínas

Remanescentes de antigas obras (arquitetura e/ou escultura), recuperáveis ou não, com interesse para visitação.

C.2.3 OBRAS DE ARTE

2.3.1 Escultura/estatuária/monumento/obelisco.

Obras de arte representadas pela matéria-prima trabalhada em relevo, segundo técnicas especiais para cada tipo de material – grupo escultórico; escultura; estátua; imagem; busto; herma; máscara; obelisco, relevos; inscrições e incisões rupestres.

2.3.2 Pintura

Obras de arte com utilização de tintas, realizadas em quadros, painéis ou outras composições planas, com a finalidade de representar figuras ou formas.

2.3.3 Murais

Obras de arte representadas pela matéria-prima trabalhada.

2.3.4 Vitrais

Obras de arte representadas pela matéria-prima trabalhada.

2.3.5 Azulejaria

Obras de arte representadas pela matéria-prima trabalhada.

2.3.6 Outros legados

Bens artísticos não-contemplados anteriormente e que podem integrar alguns exemplares já citados, como manifestações incorporadas ou complementares – jóias; objetos de porcelana; lustres; mobiliário; utensílios diversos; livros raros; tapetes.

C.2.4 INSTITUIÇÕES CULTURAIS

2.4.1 Museu/memorial

Instituições permanentes, particulares ou públicas, abertas à visita pública, que conservem e apresentem coleções de objetos de caráter cultural ou científico, para fins de estudo, educação e satisfação. De acordo com seu acervo podem ser de caráter histórico, científico, artístico ou tecnológico.

2.4.2 Biblioteca

Instituição permanente, particular ou pública, aberta à visita, que apresente coleções de livros e documentos com a finalidade de facultar a leitura, a pesquisa e o estudo.

2.4.3 Arquivo

Instituição permanente, particular ou pública, aberta à visita, que tenha como função a conservação de documentos oficiais com a finalidade de facultar a leitura, a pesquisa e o estudo.

2.4.4 Instituto histórico e geográfico

Entidade com fins culturais onde funciona biblioteca e arquivo especializados nas áreas de história e geografia, aberta à visita, com a finalidade de facultar e orientar a leitura, a pesquisa e o estudo nessas áreas do conhecimento humano.

2.4.5 Centro cultural/casa de cultura

Instituições permanentes, públicas ou particulares, instaladas em edificações de interesse histórico e/ou artístico, dotadas de bibliotecas, galerias para exposições, cinemas, salas de vídeo, espaços para shows, etc., com ampla programação/agenda de eventos culturais. Ex: Centro Cultural Banco do Brasil.

2.4.6 Teatro/anfiteatro

Espaços e edificações para fins de apresentação de peças teatrais, musicais, etc.

C.2.5 FESTAS E CELEBRAÇÕES

Manifestações tradicionais e/ou populares, que se realizam em datas fixas ou móveis, caracterizadas por atos e/ou comemorações religiosas e/ou populares e/ou folclóricas e/ou cívicas.

2.5.1 Religiosas/de manifestações de fé

Cerimônias em datas litúrgicas, homenagens aos santos (padroeiros, etc.), novenas e trezenas, ladainhas, benditos, missas, missas com Incluem também as cerimônias de outros cultos cristãos não-católicos, bem como de religiões não-cristãs.

2.5.2 Populares/folclóricas

Apresentações de música e dança, de autos de ciclos, de peças e encenações, de folguedos e brincadeiras e jogos, torneios e bailes – viola e violeiro; ternos de zabumba; banda de pífaros; baião; rojão; batuques; carimbó; capoeira; coco; samba; carnaval; frevo; maracatu; tambor de mina; tambor de crioula; escolas de samba; retumbão; quadrilha; ciranda; fandango; marujada; chegança de marujos; chula; barca; bumba-meu-boi; boi-bumbá; boi-de-mamão; boi-calemba; boi-de-reis; boi-surubi; boi-laranja; bozinho; congo ou congada; pastoril, pastorinhas; lapinha; reisado; folia-de-reis; nau catarineta; mamulengo; paude- fita; cavahada; bacamarteiros; rodeios; vaquejadas; peões; gineteada; forró; folia; caboclinhos; maculelê; moçambique; e, também, literatura (cordel etc.); medicina (medicamentos populares); crenças e crendices (mitos e lendas), e benzeções. E também as devoções populares ainda não oficializadas pela Igreja Católica - Padre Cícero; Izildinha; Antônio da Rocha Marmo; Severa Romana etc., ou oriundas de processo sincrético da cultura religiosa européia (cristã) com a africana e com a indígena – candomblé; xangô; umbanda etc.

2.5.3 Cívicas

Cerimônias oficializadas, como feriados de âmbito nacional, estadual ou municipal – trocas de guarda e hasteamento de bandeira; desfiles cívicos; paradas etc.

C.2.6 GASTRONOMIA TÍPICA

Conjunto de alimentos e bebidas e seus rituais peculiares de elaboração, modo de servir e de consumir, confeccionados com ingredientes próprios de uma região e com base nas suas tradições gastronômicas. Estão divididos em:

2.6.1 Pratos típicos

2.6.2 Iguarias regionais/doces/salgados

2.6.3 Frutas

2.6.4 Bebidas

2.6.5 Outros

C.2.7 ARTESANATOS

Objetos produzidos manualmente ou com equipamentos rudimentares, em pequena escala, que refletem a concepção espacial e formal dos artistas populares de uma área ou região. As técnicas variam de acordo com a região e com a matéria-prima utilizada. As mais comuns são:

2.7.1 Cerâmica

Objetos que têm como matéria-prima fundamental a argila (barro). Os tipos de barro mais usados são o massapê, a tabatinga e o tauá. Algumas denominações regionais e específicas são: louças de barro para objetos utilitários e caxixis para as miniaturas, etc.

2.7.2 Cestaria

Trançados de fibras ou talas vegetais e de palha.

2.7.3 Madeira

Técnicas variadas, como talhas, esculturas populares, etc.

2.7.4 Tecelagem

Técnicas que utilizam o tear, como fiação, tapeçaria, etc.

2.7.5 Bordados

Técnicas variadas em tecidos.

2.7.6 Metal

Técnicas variadas, tais como ouriversaria, cutelaria, latoaria, ferraria, etc.

2.7.7 Pedra

Técnicas variadas em pedras em geral, como pedra-sabão e outras, inclusive as semipreciosas.

2.7.8 Renda

Técnicas variadas tramadas com fios: de bilros, também conhecidas como de almofada; de agulha, como a irlandesa/renascença; labirinto/crivo; redendê; crochê; tricô; nhanduti; frivolitê/freoleira.

2.7.9 Couro

Trabalho em couro e pele de animais silvestres e domésticos.

2.7.10 Plumaria

Elaboração com penas de aves tropicais praticamente restrita aos indígenas, de apurada técnica e requinte para compor coifas, coroas, diademas, máscaras, jarreteiras, braçadeiras, pulseiras, brincos e outros objetos variados como instrumentos musicais, armas, etc.

C.2.8 MÚSICAS E DANÇAS

Manifestações artísticas, folclóricas, profissionais, amadoras e outras que variam conforme a região:

2.8.1 Banda e conjunto musical

2.8.2 Salão de dança

2.8.3 Clube/casa de shows

2.8.4 Festival

2.8.5 Folguedos

2.8.6 Centro de tradição

2.8.7 Outros

C.2.9 FEIRAS E MERCADOS

São locais de compra e venda de produtos tradicionais da região – alimentação, vestuário, utensílios, adornos, etc. Podem estar instalados em local fechado ou ao ar livre. Ex.: Mercado Modelo (BA), Feira de Caruaru (PE), Mercado Ver-o-Peso (PA). Podem ser:

2.9.1 Feira agrícola

2.9.2 Feira pecuária

2.9.3 Feira livre

2.9.4 Feira de turismo

2.9.5 Outras feiras

2.9.6 Mercado livre

2.9.7 Mercado de carne

2.9.8 Mercado de frutas

2.9.9 Mercado de peixe

2.9.10 Mercado de artesanato

2.9.11 Mercado de produtos variados

2.9.12 Outros mercados

C.2.10 SABERES E FAZERES

Manifestações de conhecimento empírico, práticas de trabalho e práticas sociais:

2.10.1 Contar histórias/causos

2.10.2 Recitar poesias/rezas

2.10.3 Preparar receitas tradicionais

2.10.4 Elaborar trabalhos manuais/de arte popular

CARACTERÍSTICAS RELEVANTES

ABRANGÊNCIA E PARTICIPAÇÃO

Áreas de atividade humana abrangidas pelo evento, e profissionais e público que dele participam.

ACERVO

Conjunto de bens e obras que integram um patrimônio.

ÂMBITO

Alcance do evento: internacional, nacional, regional ou local.

ÁREA

Área aproximada ocupada pelo atrativo.

ASPECTOS NOTÁVEIS DO CONJUNTO

Elementos que se destacam individualmente.

ATIVIDADES REGULARES DOS CENTROS CULTURAIS, CIENTÍFICOS E TÉCNICOS

Programação de atividades regulares que se realizam no atrativo. Exs.: cursos, ciclo de palestras, festivais, exposições, filmes, vídeos, peças teatrais, etc.

CARACTERÍSTICAS DE CONSTRUÇÃO: COMPOSIÇÃO, ESTILO E/OU TÉCNICA

Descrição objetiva das linhas formais e/ou artísticas do atrativo; definição do estilo: colonial, barroco, neoclássico, moderno, pós-moderno, etc. Identificação dos tipos de materiais, processos técnicos empregados e de outras peculiaridades. Para os tipos Escultura, Pintura e Outros Legados, destaque para a simbologia e a temática do atrativo.

CARACTERÍSTICAS TIPOLOGICAS DOS SÍTIOS HISTÓRICOS, ARTÍSTICOS E CIENTÍFICOS

Características formais e técnicas que particularizam o sítio do ponto de vista histórico, artístico e científico dos artefatos, restos, achados e/ou vestígios.

COLEÇÕES E PEÇAS PRINCIPAIS DOS SÍTIOS

Coleções e/ou peças do acervo que, por suas características individuais, se destaquem do conjunto.

COMPOSIÇÃO BÁSICA DOS PRODUTOS DE FEIRAS, MERCADOS E ATIVIDADES ECONÔMICAS

Produtos básicos e formas de tratamento e elaboração.

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO E/OU ELABORAÇÃO

Século ou ano de construção e/ou elaboração (data precisa, se possível).

ÉPOCA/DURAÇÃO E PERIODICIDADE DE FESTAS E ATIVIDADES CULTURAIS

Época do ano (mês, semestre) em que se realizam, período de duração (dias, semanas) e periodicidade (semestral, anual, bienal).

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Informar as condições em que se encontra o atrativo (boas ou más), além de descrever as intervenções técnicas e científicas, periódicas ou permanentes, que visem conter deteriorações.

FORMAS DE APRESENTAÇÃO

Características peculiares do atrativo, como decoração, lendas, mitos, vestimentas etc. Para o tipo Feiras e Mercados, formas de apresentação e/ou venda dos produtos comercializados.

FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO

Maneira como o objeto é comercializado.

FORMAS DE ELABORAÇÃO OU TRATAMENTO DO OBJETO

Técnicas e métodos utilizados no tratamento da matéria-prima e na elaboração do objeto.

FORMAS DE SABERES

Conhecimentos tradicionais que interpassam as gerações.

IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS QUE DETENHAM O CONHECIMENTO DOS SABERES E FAZERES

Reconhecer os indivíduos que detenham as manifestações de conhecimento empírico, práticas de trabalho, práticas sociais. Ex.: contar histórias e causos, recitar poesias e rezas, receitas tradicionais etc.

IDENTIFICAÇÃO DOS SABERES NO ESPAÇO

Ordenar os espaços onde ocorre a transmissão dos conhecimentos tradicionais de uma determinada localidade.

IMPORTÂNCIA TÉCNICA

Importância técnica do atrativo no contexto socioeconômico local, regional e/ou nacional, certificação de origem, autenticidade, design, etc.

LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO

Conjunto de leis acerca de determinada matéria com finalidade de proteger algo.

LOCAIS E PERCURSOS DE INTERESSE PARA VISITAÇÃO

Locais e/ou roteiros que facilitem ou enriqueçam a visitação turística.

LOCAL DE PRODUÇÃO

Local onde os produtos são elaborados e suas características peculiares.

LOCAL DE REALIZAÇÃO

Local onde se realizam eventos: ruas, adros, praias, cais, rios ou outros, e descrição sumária de sua ambiência.

MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS E/OU CULTURAIS INCORPORADAS AO ATRATIVO

Existência de bens móveis fixos incorporados ao atrativo (pinturas, azulejaria, vitrais, relevo, tapeçaria, esculturas, mobiliário, etc.) para o tipo Feiras e Mercados, realização de manifestações populares e folclóricas no local do atrativo (cordel, capoeira, música popular etc.).

MATÉRIA-PRIMA

Tipo de material utilizado para a elaboração do objeto final (madeira, areia, conchas, fibras vegetais, etc.).

MITOS, RITOS E RITUAIS

Descrever os personagens, crenças e tradições.

MODO TÍPICO DE APRESENTAÇÃO E/OU DEGUSTAÇÃO

Formas de apresentação e/ou degustação.

ORGANIZAÇÃO E PROMOÇÃO

Nome e endereço da entidade responsável pela organização e/ou promoção do evento.

ORIGEM/HISTÓRICO

Origem cultural do atrativo e referências históricas.

PERIODICIDADE

Períodos da realização (diário, semanal, mensal etc.) e horário de funcionamento de feiras, mercados e outros.

PERMANÊNCIA DOS SABERES E FAZERES NA VIDA COTIDIANA

Informações e práticas passadas pelos ancestrais e que permanecem no cotidiano popular.

PRODUTOS PARA COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO

Tipos e características dos produtos oferecidos para compra e consumo em outro local ou consumo imediato e suas formas de comercialização.

QUANTIDADE DE ARTESANATO PRODUZIDO/REGULARIDADE

Informar em que quantidade o artesanato é produzido, e periodicidade.

REFERÊNCIAS CRONOLÓGICAS, HISTÓRICAS E CIENTÍFICAS

Características cronológicas, históricas e científicas relacionadas com o atrativo: datas, nomes, origem, etc.

SINGULARIDADE DO ATRATIVO

Características raras ou excepcionais que diferenciam o atrativo.

SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA

Características do espaço físico onde está localizado o atrativo; relato do ambiente composto pela paisagem natural e/ou artificial: inserido em rua de trânsito ou de pedestre, parque ou horto, praia, praças ou jardins públicos, etc. Quando for o caso, características também do ambiente interno onde está disposto o acervo para visitação. Para os tipos Escultura, Pintura, Outros Legados, etc. — Características do ambiente onde o atrativo se encontra (área, luminosidade, etc.): se está isolado, em destaque, ou se faz parte de um conjunto/coleção.

TÉCNICAS E MÉTODOS EMPREGADOS

Dados de interesse relacionados com as técnicas e/ou métodos de produção empregados às instalações e equipamentos utilizados.

TRANSFORMAÇÃO/PROCESSO DE PRODUÇÃO ARTESANAL

Especificar os métodos e técnicas utilizadas para modificar a matéria prima, sendo ele artesanal ou semi-artesanal.

FORMULÁRIO 16

ATRATIVOS CULTURAIS

CABEÇALHO

UF: Informar a sigla da Unidade da Federação;

REGIÃO TURÍSTICA: Informar o nome oficial da Região Turística;

MUNICÍPIO: Informar o nome oficial do Município;

DISTRITO: Citar, se for o caso, o nome do distrito onde se encontra o atrativo;

TIPO: Preencher o tipo (de acordo com item anterior: TIPOS E SUBTIPOS);

SUBTIPO: Preencher o subtipo do atrativo (de acordo com item anterior: TIPOS E SUBTIPOS).

IDENTIFICAÇÃO

1- DESCRIÇÕES DO ATRATIVO

1.3 NOME OFICIAL: Citar o nome do atrativo;

1.4 NOME POPULAR: Informar como o atrativo é conhecido popularmente;

1.3 NOME DA ORGANIZAÇÃO MANTENEDORA/GESTORA: Citar o nome jurídico de registro da organização - se for o caso - que mantém o atrativo. Registrar o nome da pessoa responsável, bem como seus contatos. Em se tratando de pessoa física, indicar o nome e contato do(s) mantenedor(es).

1.4 CNPJ: Citar o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, caso exista;

1.5 TELEFONE/FAX: Citar os números dos telefones e do fax, não esquecendo de registrar o código DDD;

1.6 SITE: Informar o endereço – website - na Internet;

1.7 E-MAIL: Informar o endereço eletrônico na Internet;

2 – LOCALIZAÇÃO E AMBIÊNCIA

2.1 ENDEREÇO: Citar o endereço (rua, nº, bairro, local, rodovia, CEP, bloco, quadra) ou outra referência que situe o atrativo, especialmente os localizados na área rural. Se possível, anexar fotos e mapa de acesso ao atrativo.

2.2 PONTO DE REFERENCIA: Mencionar os pontos que servem como referência para o deslocamento de um visitante até o atrativo.

2.3 LOCALIZAÇÃO: Circular o número referente à opção que informa se o atrativo está localizado em área Urbana, Rururbana ou Rural. Considera-se área urbana o local cuja ocupação seja própria da vida na cidade, apresentando caráter de cidade. Área rural é aquela relativa a ou própria do campo. É um local campestre, agrícola, rústico. Rururbana é a área pertencente a ou relacionada com o espaço resultante do encontro entre a área rural e a urbana. Trata-se de espaço físico diferenciado do restante da cidade onde, além do uso rural - áreas de cultivo, terrenos baldios e áreas de preservação ambiental – ocorre o uso urbano. havendo ocupações por: a) subúrbios com casas e população próximas à cidade; b) pequenos agrupamentos de casas em torno de uma fábrica antiga transferida para a área periférica ou uma nova construída no local; c) proliferação das propriedades unifamiliares.

3 – LOCALIDADE MAIS PRÓXIMA DO ATRATIVO

3.1 NOME DA LOCALIDADE: Mencionar a sede municipal, o distrito, o sub-distrito ou o povoado mais próximo cujo acesso seja o mais utilizado, mesmo que não pertença ao município do atrativo. Ex. Povoado de Coelhos.

3.2 DISTÂNCIA DA LOCALIDADE MAIS PRÓXIMA (Km): Indicar a distância em Km da localidade descrita no item acima ao atrativo (sede municipal, o distrito, o sub-distrito ou o povoado). Havendo mais de uma localidade próxima, especificar.

3.3 DISTÂNCIA DO PONTO ZERO DO MUNICÍPIO (Km): Indicar a distância em Km do atrativo ao principal ponto referencial do município.

4 – PERÍODO HISTÓRICO – BENS MATERIAIS

4.1 PERÍODO HISTÓRICO DO ATRATIVO: Caso se trate de um bem material, informar em qual período da história o atrativo foi construído.

4.2 UTILIZAÇÃO ORIGINAL DO ATRATIVO: Informar a utilidade inicial do atrativo.

4.3 UTILIZAÇÃO ATUAL DO ATRATIVO: Informar a utilidade atual do atrativo (Ex.: Museu)

ACESSO/MICROACESSIBILIDADE

5- SINALIZAÇÃO

5.1 SINALIZAÇÃO GERAL: A sinalização é um dos elementos fundamentais para o bom andamento do trânsito. Além de explicitar para motoristas e pedestres as regras de uso

da via, é nela que o usuário baseia suas decisões, seus trajetos, seu procedimento ao dirigir, pedalar ou caminhar. As mensagens apresentadas em cada placa, marca viária, luz ou qualquer outro elemento, devem primar pela relevância e pela clareza, contribuindo para um tráfego mais fluido e menos sujeito a riscos de acidentes. Assinalar com “X” a existência ou não de sinalização. Informar se o atrativo encontra-se bem, mal ou não está sinalizado. Para tanto, considerar-se-á um local como bem sinalizado quando houver instalação, disposição ou conjunto de sinais (luminosos, visuais, acústicos) que leve em consideração o disposto no Código de Trânsito Brasileiro - CTB, proporcionando facilidade e segurança à circulação de pedestres e motoristas. Mal sinalizado, para este documento, é o local que, apesar de apresentar sinais de comunicação, não proporciona facilidade e segurança à circulação de visitantes, ou aquele cujos sinais não respeitam os padrões estabelecidos (Ex.: sinalização encoberta pela vegetação, sinalização que não segue o CTB). Não sinalizado é o local que não dispõe de meio de comunicação para a orientação de pedestres e motoristas. Informar, ainda, se a sinalização oferece algum tipo de adaptação a pessoas com deficiência (informativos em Braille, semáforos sonorizados, elevadores com comunicação auditiva ou com teclas adaptadas em Braille, etc.).

5.2 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA: A Sinalização de Orientação Turística faz parte do conjunto de sinalização de indicação de trânsito. Ela segue os mesmos objetivos e princípios fundamentais, com vistas a garantir a eficiência e a segurança do sistema viário para os usuários das vias urbanas e rurais. É utilizada para informar os usuários sobre a existência de atrativos turísticos e de outros referenciais, sobre os melhores percursos de acesso e, ao longo destes, a distância a ser percorrida para se chegar ao local pretendido. É direcionada àquele usuário que, via de regra, não conhece bem a região ou cidade onde está circulando e deve seguir padrões internacionais. Assinalar com “X” a existência ou não de sinalização específica para orientação turística de visitantes. Informar se o atrativo encontra-se bem, mal ou não está sinalizado. Para tanto, considerar-se-á um local como bem sinalizado quando houver instalação, disposição ou conjunto de sinais (luminosos, visuais, acústicos) que leve em consideração a linguagem pictográfica, a cor padronizada internacionalmente e a articulação com a sinalização indicativa em geral, proporcionando facilidade e segurança à circulação de visitantes, sejam eles nacionais ou estrangeiros. Mal sinalizado, para este documento, é o local que, apesar de apresentar sinais de comunicação, não proporciona facilidade e segurança à circulação de visitantes, ou aquele cujos sinais não respeitam os padrões estabelecidos (Ex.: Sinalização encoberta pela vegetação, sinalização apenas em português). Não sinalizado é o local que não dispõe de meio de comunicação para a orientação de visitantes. Informar, ainda, se a sinalização oferece algum tipo de adaptação a pessoas com deficiência (informativos em Braille, semáforos sonorizados, elevadores com comunicação auditiva ou com teclas adaptadas em Braille, etc.).

6 – MEIOS DE ACESSO: Indicar os meios de acesso ao atrativo (rodoviário, hidroviário, etc.), especificando o estado de conservação de cada um. Para tanto, considera-se em BOM estado a via que, em função do seu estado de conservação, permita aos visitantes chegar ao atrativo em qualquer época do ano, sem possíveis transtornos causados pela conservação da via. Como

REGULAR, aquela em função do seu estado de conservação, restrinja o uso aos visitantes em determinado período do ano (ex. pista esburacada) e como RUIIM aquela via que dificulte o acesso dos visitantes ao atrativo. Ex.: caminhos, atalhos, etc.

7- VIA TERRESTRE: Especificar se a via terrestre está pavimentada, parcialmente pavimentada ou não pavimentada, de acordo com os conceitos de via urbana e via rural. Considera-se como pavimentação qualquer revestimento do solo.

7.1 URBANA: Ruas, avenidas, vielas ou caminhos e similares abertos à circulação pública, situados na área urbana, caracterizados, principalmente, por possuírem imóveis edificadas em sua extensão.

7.2 RURAL: Estradas (não pavimentadas) e rodovias (pavimentadas)

7.3 PAVIMENTAÇÃO: Especificar o tipo de pavimentação utilizado. Esclareça-se que Pavimentação Ecológica refere-se ao tipo de asfalto que utiliza pneus reciclados como matéria-prima ou o asfalto branco que retém menos calor, e, por isso, atrai menos animais, diminuindo a mortalidade dos mesmos. Pavimentação de saibro é aquela composta por areia grossa e grânulos de pedra.

8 – ACESSO MAIS UTILIZADO

8.1 ACESSO MAIS UTILIZADO: Informar qual é a via de acesso mais utilizada para se chegar ao atrativo.

8.2 ADAPTADO (especificar): Especificar se esta forma de acesso encontra-se adaptada para pessoas com necessidades especiais e descrever quais são as adaptações existentes.

8.3 GRAU DE UTILIZAÇÃO: Circular o número correspondente à opção que diz o grau de utilização da via de acesso mais utilizada: MUITO UTILIZADO: acesso com movimentação de visitantes diária e constante; REGULAR: acesso com movimentação sazonal de visitantes (fins de semana, feriados, alta temporada); POUCO UTILIZADO: acesso utilizado apenas eventualmente.

8.4 ATENDE ÀS NECESSIDADES ATUAIS ? Informar se o acesso mais utilizado para se chegar ao atrativo atende às necessidades atuais ou encontra-se sobrecarregado, necessitando expansão, duplicação ou reforma.

8.5 PERMITE EXPANSÃO NO VOLUME DE VISITANTES ? Informar se o acesso mais utilizado para se chegar ao atrativo, nas condições em que se encontra atualmente, tem condições de atender a um aumento no volume de visitantes.

8.6 TEMPO NECESSÁRIO PARA SE CHEGAR AO ATRATIVO PARTINDO DA LOCALIDADE MAIS PRÓXIMA: Especificar o tempo necessário para se chegar ao atrativo, partindo-se da localidade mais próxima, descrita no item 3.

8.7 DESCRIÇÕES DO ACESSO MAIS UTILIZADO: Descrever o percurso do acesso mais utilizado para se chegar ao atrativo, considerando dificuldades e/ou facilidades constatadas durante o percurso e confirmando como ponto de partida a localidade citada no item 3. Especificar se o acesso ao atrativo é em ladeira íngreme ou suave; se existe escadaria

e qual o número de degraus; quando houver uma ou mais modalidades de transporte característico (bonde, teleférico, cremalheira etc.) necessárias para se chegar ao atrativo; a adaptabilidade de cada item para pessoas com deficiência. Registrar as questões ambientais (poluição, lixo, desmatamento, queimadas, venda de animais silvestres, extrativismo exploratório, caça e pesca predatórias) e sociais (invasões, ocupações irregulares, prostituição, insegurança) observadas. Registrar também os atrativos do acesso (ambientais, vistas, elementos estéticos da paisagem, ecogeológicos, históricos entre outros), a presença de Obras Arquitetônicas (pontes, passarelas, viadutos e galerias) de destaque, as oportunidades e/ou ocorrência de atividades de esportes de aventura, turismo de observação ou de pesca. Descrever a facilidade para estacionamento de automóveis, ônibus de turismo, motocicletas e bicicletas. Inserir mapa, se possível.

9 – TRANSPORTES PARA O ATRATIVO: Informar os três tipos de transporte mais utilizados para se chegar ao atrativo, detalhando a frequência (no caso de transporte público), a qualidade do transporte (no caso de transporte público) e as adaptações existentes para pessoas com deficiência. Em relação à qualidade, considera-se como BOM o transporte cujos veículos se encontram em estado de conservação adequado, de maneira a não colocar a vida dos passageiros em risco. Também devem ser observadas questões de pontualidade, locais de venda de passagens, serviços oferecidos ao passageiro, frequência do transporte. REGULAR é o tipo de transporte que apesar de não apresentar todas as características já descritas, permite ao passageiro viajar em segurança e sem maiores transtornos. RUIM é aquele transporte que não garante ao passageiro ser transportado com segurança, correndo sérios riscos de ocorrerem transtornos. Em outras informações, especificar as fontes de informação utilizadas na obtenção das frequências de horários. Citar o nome das empresas transportadoras, contatos e as linhas do percurso. No caso de horários irregulares, indicar o primeiro e o último. Não havendo transporte regular, anotar: “não há linha regular”, informando outra maneira possível de se visitar o atrativo (transporte próprio, contratado etc.). Caso o volume de horários seja muito expressivo, colocar site ou anexar tabela de horários.

PROTEÇÃO

10 – LEGISLAÇÕES DE PROTEÇÃO AO ATRATIVO: Informar se o atrativo possui legislação que o protege e indicar se trata de lei, decreto ou norma de restrição, municipal, estadual/distrital ou federal. Caso o atrativo, ou parte dele, seja tombado informar a instituição que concedeu o tombamento e maiores detalhes.

11 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO/PRESERVAÇÃO DO ATRATIVO: Informar em que estado de conservação/preservação o atrativo se encontra: em termos gerais, em relação a sua estrutura e condição higiênica. Caso o atrativo conte com sede administrativa ou centro de atendimento a visitantes, avaliar sua cobertura e seu interior. Utilizar o item observação para a inserção de detalhes. Considera-se MUITO BOM o atrativo que estiver limpo, organizado, com estrutura conservada, pintura das paredes e placas em estado adequado, banheiros e bebedouros equipados, torneiras e iluminação em perfeito funcionamento. Além disso, a maior parte do atrativo

encontra-se preservado *in natura*, ainda virgem ou mantém as características fins de sua criação. Como BOM se considera o atrativo que apesar de possuir algumas dessas características, não se encontra totalmente conservado/preservado. REGULAR é o atrativo cujo estado de conservação/preservação é mediano, há alguns elementos desagregativos, mas que estão sendo manejados, controlados ou monitorados. Considera-se RUIM a conservação/ preservação de um atrativo quando os banheiros estiverem sujos ou não equipados, as torneiras e a iluminação não estiverem funcionando adequadamente, o atrativo estiver sujo e desorganizado, as placas e paredes necessitarem de reparos urgentes. DETERIORADO é quando o atrativo encontra-se em estado de abandono, o ambiente estiver requerendo recuperação e todas essas características forem encontradas em conjunto.

FACILIDADES

12 - ENTRADA DO ATRATIVO: Circular as opções desejadas indicando quais as formas de entrada no atrativo. Informar se há centro de recepção, posto de informações, portaria principal, guarita ou outros tipos. Informar se a estrutura de entrada no atrativo encontra-se adaptada a pessoas com deficiência. Ex: rampas, informativos especiais, recepcionistas especializados, etc.

13 – VISITAÇÃO: Informar a época, os dias e o horário de visita pública. Indicar se a visita é guiada, autoguiada ou não guiada. Informar a duração média da visita em horas, se há guia de visita à disposição dos visitantes, e, havendo, se é pago ou gratuito, e se está disponível em outros idiomas. Informar se a entrada no atrativo é gratuita ou paga, e, neste caso, qual o valor em real, se é necessário algum tipo de autorização prévia para visitar o atrativo – neste caso, indicar contato - e se há limitação quanto a quantidade de visitantes simultaneamente.

14 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS NO ATRATIVO: Indicar a existência de serviços e equipamentos de caráter permanente que facilitem a visita, tais como: informações aos visitantes, informações educativas sobre ecologia e ecoturismo, demonstrando se há informações em braile e em outras línguas; sinalização indicativa, instalações sanitárias, locais para alimentação, monitores, hospedagem, serviços de lazer e entretenimento, informando a adaptabilidade a pessoas com deficiência; guia de turismo, serviços de limpeza, de coleta seletiva, atividades comerciais, condutor capacitado para o recebimento de pessoas com deficiência.

15 – ATIVIDADES REALIZADAS NO ATRATIVO CULTURAL: Mencionar as atividades programadas ou não, realizadas em espaço coberto ou ao ar livre, que se relacionem com o atrativo, tais como: exposições, festas, comemorações, competições ou quaisquer atividades esportivas, pedagógicas, etc. Indicar quais podem ser praticadas por pessoas com deficiência e descrevê-las.

INFORMAÇÕES GERAIS

16 – ROTEIROS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS: Informar se o atrativo integra roteiros turísticos comercializados por agências de viagens. Em caso afirmativo, citar os roteiros e as agências que comercializam o atrativo, bem como seus telefones de contato.

17 – ORIGEM DOS VISITANTES: Circular o número que corresponde à principal origem dos visitantes, esclarecendo quais são os locais de origem da maior parte dos visitantes nacionais e dos internacionais (máximo 5). Informar a época do ano em que ocorrem o maior e o menor fluxo de visitação. Caso haja dados, informar a quantidade anual de visitantes que o atrativo recebe.

DESCRIÇÃO

18 – DESCRIÇÃO DO ATRATIVO: Descrever o atrativo enfatizando as características relevantes, de acordo com a importância e as diferenças que cada uma lhe confere. A descrição deverá caracterizar, resumidamente, os aspectos significativos e de relevância que uma paisagem natural desperta para o turismo. Como orientação, estão relacionadas, nas instruções, características específicas que deverão ser observadas na descrição para cada Tipo ou Subtipo. Consultar sempre os esclarecimentos sobre as Características Relevantes. Caso não haja ocorrência das características pedidas, informar também a ausência. Inserir outras características ou singularidades relacionadas diretamente com o atrativo. Utilizar pesquisas, estudos, materiais de divulgação, citar fontes. Sugerir sites com fotos. Fazer fotos de entrada e equipamentos. Colocar categoria do atrativo. Uma boa dica é entrevistar gestores locais/ativistas/moradores do município ou visitantes não moradores para levantar principais problemas e potenciais não estimulados. Especificar se existem SELOS ou CERTIFICADOS de reconhecimento público do atrativo no que tange a questão ambiental. Se existem parcerias/associação a alguma entidade nacional ou internacional de proteção ambiental e/ou proposição ecoturística.

19 – OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES: Mencionar qualquer dado observado no atrativo e que não tenha sido contemplado no conteúdo deste formulário, julgado importante para o seu registro e que venha a contribuir para o enriquecimento das informações.

20 – REFERÊNCIAS /DOCUMENTOS CONSULTADOS: Registrar os livros e os documentos consultados e também a fonte de depoimentos, entrevistas e as demais fontes de informações utilizadas.

EQUIPE RESPONSÁVEL

Especificar os dados completos dos agentes envolvidos no processo de inventariação do atrativo. Estas informações são fundamentais para que os agentes sejam contatados pelos coordenadores do projeto de inventariação e para a certificação de participação do projeto. Informar nomes e contatos de coordenador do curso, professor(es) orientador(es), pessoa de contato (interlocutor) no município e responsável pelo preenchimento dos formulários.

Formulário 17

C3

Atividades Econômicas



Manual do Pesquisador

C3 ATIVIDADES ECONÔMICAS

Elementos da natureza que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxos turísticos (montanhas, rios, praias, cavernas, cachoeiras, clima, flora, fauna).

C.3.1 EXTRATIVISMO E EXPLORAÇÃO

3.1.1 Mineral

Minas produtivas cuja atratividade reside nas técnicas de produção e no inusitado da atividade em si.

3.1.2 Vegetal

Produção extrativista permitida legalmente, cuja atratividade reside nas técnicas de produção e no inusitado da atividade em si.

C.3.2 AGROPECUÁRIA

Referem-se às produções agropecuárias e outras culturas capazes de atrair turistas pela atividade em si, pelas técnicas de produção ou outros fatores. Ex: áreas rurais (fazendas, sítios, etc.) públicas ou privadas, onde sejam desenvolvidas atividades e pesquisas agrícolas, de cultivo de flores e plantas ornamentais e/ou criação de animais. Podem ser:

3.2.1 Agricultura

3.2.2 Pecuária

3.2.3 Aqüicultura

3.2.4 Criação de animais silvestres

3.2.5 Agroindústria

3.2.6 Outras culturas

C.3.3 INDÚSTRIAS

Referem-se às produções industriais que, pela atividade em si, pelas técnicas de produção ou outros fatores, são capazes de atrair turistas. Podem ser:

3.3.1 Petrolífera

3.3.2 Automobilística

3.3.3 Têxtil

3.3.4 De laticínios

3.3.5 De bebidas

3.3.6 De couro

3.3.7 Joalheira

3.3.8 Moveleira

3.3.9 Outras

FORMULÁRIO 17

ATIVIDADES ECONÔMICAS

CABEÇALHO

UF: Informar a sigla da Unidade da Federação;

REGIÃO TURÍSTICA: Informar o nome oficial da Região Turística;

MUNICÍPIO: Informar o nome oficial do Município;

DISTRITO: Citar, se for o caso, o nome do distrito onde se encontra o atrativo;

TIPO: Preencher o tipo (de acordo com item anterior: TIPOS E SUBTIPOS);

SUBTIPO: Preencher o subtipo do atrativo (de acordo com item anterior: TIPOS E SUBTIPOS).

IDENTIFICAÇÃO

1- DESCRIÇÕES DO ATRATIVO

1.5 NOME OFICIAL: Citar o nome do atrativo;

1.6 NOME POPULAR: Informar como o atrativo é conhecido popularmente;

1.3 NOME DA ORGANIZAÇÃO MANTENEDORA/GESTORA: Citar o nome jurídico de registro da organização - se for o caso - que mantém o atrativo. Registrar o nome da pessoa responsável, bem como seus contatos. Em se tratando de pessoa física, indicar o nome e contato do(s) mantenedor(es).

1.4 CNPJ: Citar o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, caso exista;

1.5 TELEFONE/FAX: Citar os números dos telefones e do fax, não esquecendo de registrar o código DDD;

1.6 SITE: Informar o endereço – website - na Internet;

1.7 E-MAIL: Informar o endereço eletrônico na Internet;

2 – LOCALIZAÇÃO E AMBIÊNCIA

2.1 ENDEREÇO: Citar o endereço (rua, n°, bairro, local, rodovia, CEP, bloco, quadra) ou outra referência que situe o atrativo, especialmente os localizados na área rural. Se possível, anexar fotos e mapa de acesso ao atrativo.

2.2 PONTO DE REFERENCIA: Mencionar os pontos que servem como referência para o deslocamento de um visitante até o atrativo.

2.3 LOCALIZAÇÃO: Circular o número referente à opção que informa se o atrativo está localizado em área Urbana, Rururbana ou Rural. Considera-se área urbana o local cuja ocupação seja própria da vida na cidade, apresentando caráter de cidade. Área rural é aquela relativa a ou própria do campo. É um local campestre, agrícola, rústico. Rururbana é a área pertencente a ou relacionada com o espaço resultante do encontro entre a área rural e a urbana. Trata-se de espaço físico diferenciado do restante da cidade onde, além do uso rural - áreas de cultivo, terrenos baldios e áreas de preservação ambiental – ocorre o uso urbano. havendo ocupações por: a) subúrbios com casas e população próximas à cidade; b) pequenos agrupamentos de casas em torno de uma fábrica antiga transferida para a área periférica ou uma nova construída no local; c) proliferação das propriedades unifamiliares.

3 – LOCALIDADE MAIS PRÓXIMA DO ATRATIVO

3.1 NOME DA LOCALIDADE: Mencionar a sede municipal, o distrito, o sub-distrito ou o povoado mais próximo cujo acesso seja o mais utilizado, mesmo que não pertença ao município do atrativo. Ex. Povoado de Coelhoos.

3.2 DISTÂNCIA DA LOCALIDADE MAIS PRÓXIMA (Km): Indicar a distância em Km da localidade descrita no item acima ao atrativo (sede municipal, o distrito, o sub-distrito ou o povoado). Havendo mais de uma localidade próxima, especificar.

3.3 DISTÂNCIA DO PONTO ZERO DO MUNICÍPIO (Km): Indicar a distância em Km do atrativo ao principal ponto referencial do município.

4 – GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

4.1 Nº DE EMPREGADOS DA ORGANIZAÇÃO: Informar o número total de empregados fixos e temporários que a organização possui.

4.2 SETORES DA ORGANIZAÇÃO ENVOLVIDOS NA RECEPÇÃO DE VISITANTES: Informar quais as áreas da organização estão envolvidas com a recepção de visitantes (Ex. Recursos Humanos, Departamento de Relações Externas, etc).

4.3 Nº DE ENVOLVIDOS NA RECEPÇÃO DE VISITANTES: Informar o número de pessoas contratadas pela organização para cuidar da recepção dos visitantes.

ACESSO/MICROACESSIBILIDADE

5- SINALIZAÇÃO

5.1 SINALIZAÇÃO GERAL: A sinalização é um dos elementos fundamentais para o bom andamento do trânsito. Além de explicitar para motoristas e pedestres as regras de uso da via, é nela que o usuário baseia suas decisões, seus trajetos, seu procedimento ao dirigir, pedalar ou caminhar. As mensagens apresentadas em cada placa, marca viária, luz ou qualquer outro elemento, devem primar pela relevância e pela clareza, contribuindo

para um tráfego mais fluido e menos sujeito a riscos de acidentes. Assinalar com “X” a existência ou não de sinalização. Informar se o atrativo encontra-se bem, mal ou não está sinalizado. Para tanto, considerar-se-á um local como BEM SINALIZADO quando houver instalação, disposição ou conjunto de sinais (luminosos, visuais, acústicos) que leve em consideração o disposto no Código de Trânsito Brasileiro - CTB, proporcionando facilidade e segurança à circulação de pedestres e motoristas. MAL SINALIZADO, para este documento, é o local que, apesar de apresentar sinais de comunicação, não proporciona facilidade e segurança à circulação de visitantes, ou aquele cujos sinais não respeitam os padrões estabelecidos (Ex.: sinalização encoberta pela vegetação, sinalização que não segue o CTB). NÃO SINALIZADO é o local que não dispõe de meio de comunicação para a orientação de pedestres e motoristas. Informar, ainda, se a sinalização oferece algum tipo de adaptação a pessoas com deficiência (informativos em Braille, semáforos sonorizados, elevadores com comunicação auditiva ou com teclas adaptadas em Braille, etc.).

5.2 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA: A Sinalização de Orientação Turística faz parte do conjunto de sinalização de indicação de trânsito. Ela segue os mesmos objetivos e princípios fundamentais, com vistas a garantir a eficiência e a segurança do sistema viário para os usuários das vias urbanas e rurais. É utilizada para informar os usuários sobre a existência de atrativos turísticos e de outros referenciais, sobre os melhores percursos de acesso e, ao longo destes, a distância a ser percorrida para se chegar ao local pretendido. É direcionada àquele usuário que, via de regra, não conhece bem a região ou cidade onde está circulando e deve seguir padrões internacionais. Assinalar com “X” a existência ou não de sinalização específica para orientação turística de visitantes. Informar se o atrativo encontra-se bem, mal ou não está sinalizado. Para tanto, considerar-se-á um local como BEM SINALIZADO quando houver instalação, disposição ou conjunto de sinais (luminosos, visuais, acústicos) que leve em consideração a linguagem pictográfica, a cor padronizada internacionalmente e a articulação com a sinalização indicativa em geral, proporcionando facilidade e segurança à circulação de visitantes, sejam eles nacionais ou estrangeiros. MAL SINALIZADO, para este documento, é o local que, apesar de apresentar sinais de comunicação, não proporciona facilidade e segurança à circulação de visitantes, ou aquele cujos sinais não respeitam os padrões estabelecidos (Ex.: Sinalização encoberta pela vegetação, sinalização apenas em português). NÃO SINALIZADO é o local que não dispõe de meio de comunicação para a orientação de visitantes. Informar, ainda, se a sinalização oferece algum tipo de adaptação a pessoas com deficiência (informativos em Braille, semáforos sonorizados, elevadores com comunicação auditiva ou com teclas adaptadas em Braille, etc.).

6 - MEIOS DE ACESSO: Indicar os meios de acesso ao atrativo (rodoviário, hidroviário, etc.), especificando o estado de conservação de cada um. Para tanto, considera-se em BOM estado a via que, em função do seu estado de conservação, permita aos visitantes chegar ao atrativo em qualquer época do ano, sem possíveis transtornos causados pela conservação da via. Como REGULAR, aquela em função do seu estado de conservação, restrinja o uso aos visitantes em determinado período do ano (ex. pista esburacada) e como RUIM aquela via que dificulte o acesso dos visitantes ao atrativo. Ex.: caminhos, atalhos, etc.

7- VIA TERRESTRE: Especificar se a via terrestre está pavimentada, parcialmente pavimentada ou não pavimentada, de acordo com os conceitos de via urbana e via rural. Considera-se como pavimentação qualquer revestimento do solo.

7.1 URBANA: Ruas, avenidas, vielas ou caminhos e similares abertos à circulação pública, situados na área urbana, caracterizados, principalmente, por possuírem imóveis edificados em sua extensão.

7.2 RURAL: Estradas (não pavimentadas) e rodovias (pavimentadas).

7.3 PAVIMENTAÇÃO: Especificar o tipo de pavimentação utilizado. Esclareça-se que Pavimentação Ecológica refere-se ao tipo de asfalto que utiliza pneus reciclados como matéria-prima ou o asfalto branco que retém menos calor, e, por isso, atrai menos animais, diminuindo a mortalidade dos mesmos. Pavimentação de saibro é aquela composta por areia grossa e grânulos de pedra.

8 – ACESSO MAIS UTILIZADO

8.1 ACESSO MAIS UTILIZADO: Informar qual é a via de acesso mais utilizada para se chegar ao atrativo.

8.2 ADAPTADO (especificar): Especificar se esta forma de acesso encontra-se adaptada para pessoas com necessidades especiais e descrever quais são as adaptações existentes.

8.3 GRAU DE UTILIZAÇÃO: Circular o número correspondente à opção que diz o grau de utilização da via de acesso mais utilizada: MUITO UTILIZADO: acesso com movimentação de visitantes diária e constante; REGULAR: acesso com movimentação sazonal de visitantes (fins de semana, feriados, alta temporada); POUCO UTILIZADO: acesso utilizado apenas eventualmente.

8.4 ATENDE ÀS NECESSIDADES ATUAIS ? Informar se o acesso mais utilizado para se chegar ao atrativo atende às necessidades atuais ou encontra-se sobrecarregado, necessitando expansão, duplicação ou reforma.

8.5 PERMITE EXPANSÃO NO VOLUME DE VISITANTES ? Informar se o acesso mais utilizado para se chegar ao atrativo, nas condições em que se encontra atualmente, tem condições de atender a um aumento no volume de visitantes.

8.6 TEMPO NECESSÁRIO PARA SE CHEGAR AO ATRATIVO PARTINDO DA LOCALIDADE MAIS PRÓXIMA: Especificar o tempo necessário para se chegar ao atrativo, partindo-se da localidade mais próxima, descrita no item 3.

8.7 DESCRIÇÕES DO ACESSO MAIS UTILIZADO: Descrever o percurso do acesso mais utilizado para se chegar ao atrativo, considerando dificuldades e/ou facilidades constatadas durante o percurso e confirmando como ponto de partida a localidade citada no item 3. Especificar se o acesso ao atrativo é em ladeira íngreme ou suave; se existe escadaria e qual o número de degraus; quando houver uma ou mais modalidades de transporte característico (bonde, teleférico, cremalheira etc.) necessárias para se chegar ao atrativo; a adaptabilidade de cada item para pessoas com deficiência. Registrar as questões ambientais (poluição, lixo, desmatamento, queimadas, venda de animais silvestres, extrati-

vismo exploratório, caça e pesca predatórias) e sociais (invasões, ocupações irregulares, prostituição, insegurança) observadas. Registrar também os atrativos do acesso (ambientais, vistas, elementos estéticos da paisagem, ecogeológicos, históricos entre outros), a presença de Obras Arquitetônicas (pontes, passarelas, viadutos e galerias) de destaque, as oportunidades e/ou ocorrência de atividades de esportes de aventura, turismo de observação ou de pesca. Descrever a facilidade para estacionamento de automóveis, ônibus de turismo, motocicletas e bicicletas. Inserir mapa, se possível.

9 – TRANSPORTES PARA O ATRATIVO: Informar os três tipos de transporte mais utilizados para se chegar ao atrativo, detalhando a frequência (no caso de transporte público), a qualidade do transporte (no caso de transporte público) e as adaptações existentes para pessoas com deficiência. Em relação à qualidade, considera-se como BOM o transporte cujos veículos se encontram em estado de conservação adequado, de maneira a não colocar a vida dos passageiros em risco. Também devem ser observadas questões de pontualidade, locais de venda de passagens, serviços oferecidos ao passageiro, frequência do transporte. REGULAR é o tipo de transporte que apesar de não apresentar todas as características já descritas, permite ao passageiro viajar em segurança e sem maiores transtornos. RUIM é aquele transporte que não garante ao passageiro ser transportado com segurança, correndo sérios riscos de ocorrerem transtornos. Em outras informações, especificar as fontes de informação utilizadas na obtenção das frequências de horários. Citar o nome das empresas transportadoras, contatos e as linhas do percurso. No caso de horários irregulares, indicar o primeiro e o último. Não havendo transporte regular, anotar: “não há linha regular”, informando outra maneira possível de se visitar o atrativo (transporte próprio, contratado etc.). Caso o volume de horários seja muito expressivo, colocar site ou anexar tabela de horários.

PROTEÇÃO

10 – LEGISLAÇÕES DE PROTEÇÃO AO ATRATIVO: Informar se o atrativo possui legislação que o protege e indicar se trata de lei, decreto ou norma de restrição, municipal, estadual/distrital ou federal. Caso o atrativo, ou parte dele, seja tombado informar a instituição que concedeu o tombamento e maiores detalhes.

11 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO/PRESERVAÇÃO DO ATRATIVO: Informar em que estado de conservação/preservação o atrativo se encontra: em termos gerais, em relação a sua estrutura e condição higiênica. Caso o atrativo conte com sede administrativa ou centro de atendimento a visitantes, avaliar sua cobertura e seu interior. Utilizar o item observação para a inserção de detalhes. Considera-se MUITO BOM o atrativo que estiver limpo, organizado, com estrutura conservada, pintura das paredes e placas em estado adequado, banheiros e bebedouros equipados, torneiras e iluminação em perfeito funcionamento. Além disso, a maior parte do atrativo encontra-se preservado em natura, ainda virgem ou mantém as características fins de sua criação. Como BOM se considera o atrativo que apesar de possuir algumas dessas características, não se encontra totalmente conservado/preservado. REGULAR é o atrativo cujo estado de con-

servação/preservação é mediano, há alguns elementos desagregativos, mas que estão sendo manejados, controlados ou monitorados. Considera-se RUIM a conservação/ preservação de um atrativo quando os banheiros estiverem sujos ou não equipados, as torneiras e a iluminação não estiverem funcionando adequadamente, o atrativo estiver sujo e desorganizado, as placas e paredes necessitarem de reparos urgentes. DETERIORADO é quando o atrativo encontra-se em estado de abandono, o ambiente estiver requerendo recuperação e todas essas características forem encontradas em conjunto.

FACILIDADES

12 - ENTRADA DO ATRATIVO: Circular as opções desejadas indicando quais as formas de entrada no atrativo. Informar se há centro de recepção, posto de informações, portaria principal, guarita ou outros tipos. Informar se a estrutura de entrada no atrativo encontra-se adaptada a pessoas com deficiência. Ex: rampas, informativos especiais, recepcionistas especializados, etc.

13 – VISITAÇÃO: Informar a época, os dias e o horário de visita pública. Indicar se a visita é guiada, autoguiada ou não guiada. Informar a duração média da visita em horas, se há guia de visita à disposição dos visitantes, e, havendo, se é pago ou gratuito, e se está disponível em outros idiomas. Informar se a entrada no atrativo é gratuita ou paga, e, neste caso, qual o valor em real, se é necessário algum tipo de autorização prévia para visitar o atrativo – neste caso, indicar contato - e se há limitação quanto a quantidade de visitantes simultaneamente.

14 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS NO ATRATIVO: Indicar a existência de serviços e equipamentos de caráter permanente que facilitem a visita, tais como: informações aos visitantes; informações educativas sobre ecologia e ecoturismo; demonstrando se há informações em braille e em outras línguas; sinalização indicativa; instalações sanitárias; locais para alimentação; monitores; hospedagem; serviços de lazer e entretenimento; informar a adaptabilidade a pessoas com deficiência; guia de turismo; serviços de limpeza; de coleta seletiva; atividades comerciais; condutor capacitado para o recebimento de pessoas com deficiência.

15 – ATRATIVOS DA ATIVIDADE ECONÔMICA: Mencionar as atividades realizadas na organização que atraem os visitantes. Indicar quais podem ser praticadas por pessoas com deficiência.

INFORMAÇÕES GERAIS

16 – ROTEIROS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS: Informar se o atrativo integra roteiros turísticos comercializados por agências de viagens. Em caso afirmativo, citar os roteiros e as agências que comercializam o atrativo, bem como seus telefones de contato.

17 – ORIGEM DOS VISITANTES: Circular o número que corresponde à principal origem dos visitantes, esclarecendo quais são os locais de origem da maior parte dos visitantes nacionais e dos internacionais (máximo 5). Informar a época do ano em que ocorrem o maior e o menor fluxo de visita. Caso haja dados, informar a quantidade anual de visitantes que o atrativo recebe.

DESCRIÇÃO

18 – DESCRIÇÃO DO ATRATIVO: Descrever o atrativo enfatizando as características relevantes, de acordo com a importância e as diferenças que cada uma lhe confere. A descrição deverá caracterizar, resumidamente, os aspectos significativos e de relevância que uma paisagem natural desperta para o turismo. Como orientação, estão relacionadas, nas instruções, características específicas que deverão ser observadas na descrição para cada Tipo ou Subtipo. Consultar sempre os esclarecimentos sobre as Características Relevantes. Caso não haja ocorrência das características pedidas, informar também a ausência. Inserir outras características ou singularidades relacionadas diretamente com o atrativo. Utilizar pesquisas, estudos, materiais de divulgação, citar fontes. Sugerir sites com fotos. Fazer fotos de entrada e equipamentos. Colocar categoria do atrativo. Uma boa dica é entrevistar gestores locais/ativistas/moradores do município ou visitantes não moradores para levantar principais problemas e potenciais não estimulados. Especificar se existem SELOS ou CERTIFICADOS de reconhecimento público do atrativo no que tange a questão ambiental. Se existem parcerias/associação a alguma entidade nacional ou internacional de proteção ambiental e/ou proposição ecoturística.

19 – OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES: Mencionar qualquer dado observado no atrativo e que não tenha sido contemplado no conteúdo deste formulário, julgado importante para o seu registro e que venha a contribuir para o enriquecimento das informações.

20 – REFERÊNCIAS /DOCUMENTOS CONSULTADOS: Registrar os livros e os documentos consultados e também a fonte de depoimentos, entrevistas e as demais fontes de informações utilizadas.

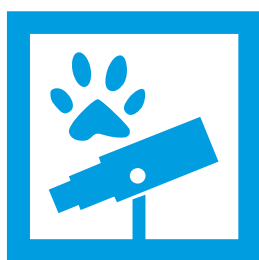
EQUIPE RESPONSÁVEL

Especificar os dados completos dos agentes envolvidos no processo de inventariação das atividades econômicas. Estas informações são fundamentais para que os agentes sejam contatados pelos coordenadores do projeto de inventariação e para a certificação de participação do projeto. Informar nomes e contatos de coordenador do curso, professor(es) orientador(es), pessoa de contato (interlocutor) no município e responsável pelo preenchimento dos formulários.

Formulário 18

C4

C4 Atrações Técnicas, Científicas ou Artísticas



Manual do Pesquisador

C4 ATRAÇÕES TÉCNICAS, CIENTÍFICAS OU ARTÍSTICAS

C.4.1 PARQUE TECNOLÓGICO

C.4.2 PARQUE INDUSTRIAL

C.4.3 MUSEU TECNOLÓGICO

C.4.4 CENTRO DE PESQUISA

C.4.5 USINA HIDRELÉTRICA/BARRAGEM/ECLUSA/AÇUDE

C.4.6 PLANETÁRIO

C.4.7 AQUÁRIO

C.4.8 VIVEIRO

C.4.9 EXPOSIÇÃO TÉCNICA

C.4.10 EXPOSIÇÃO ARTÍSTICA

C.4.11 ATELIÊ

C.4.12 ZOOLOGICO

C.4.13 JARDIM BOTÂNICO

C.4.14 OUTRAS

FORMULÁRIO 18

ATRAÇÕES TÉCNICAS, CIENTÍFICAS OU ARTÍSTICAS

CABEÇALHO

UF: Informar a sigla da Unidade da Federação;

REGIÃO TURÍSTICA: Informar o nome oficial da Região Turística;

MUNICÍPIO: Informar o nome oficial do Município;

DISTRITO: Citar, se for o caso, o nome do distrito onde se encontra o atrativo;

TIPO: Preencher o tipo (de acordo com item anterior: TIPOS E SUBTIPOS);

SUBTIPO: Preencher o subtipo do atrativo (de acordo com item anterior: TIPOS E SUBTIPOS).

IDENTIFICAÇÃO

1- DESCRIÇÕES DO ATRATIVO

1.1 NOME OFICIAL: Citar o nome do atrativo;

1.2 NOME POPULAR: Informar como o atrativo é conhecido popularmente;

1.3 NOME DA ORGANIZAÇÃO MANTENEDORA/GESTORA: Citar o nome jurídico de registro da organização - se for o caso - que mantém o atrativo. Registrar o nome da pessoa responsável, bem como seus contatos. Em se tratando de pessoa física, indicar o nome e contato do(s) mantenedor(es);

1.4 CNPJ: Citar o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, caso exista;

1.5 TELEFONE/FAX: Citar os números dos telefones e do fax, não esquecendo de registrar o código DDD;

1.6 SITE: Informar o endereço – website - na Internet;

1.7 E-MAIL: Informar o endereço eletrônico na Internet;

2 – LOCALIZAÇÃO E AMBIÊNCIA

2.1 ENDEREÇO: Citar o endereço (rua, nº, bairro, local, rodovia, CEP, bloco, quadra) ou outra referência que situe o atrativo, especialmente os localizados na área rural. Se possível, anexar fotos e mapa de acesso ao atrativo.

2.2 PONTO DE REFERENCIA: Mencionar os pontos que servem como referência para o deslocamento de um visitante até o atrativo.

2.3 LOCALIZAÇÃO: Circular o número referente à opção que informa se o atrativo está localizado em área Urbana, Rururbana ou Rural. Considera-se área urbana o local cuja ocupação seja própria da vida na cidade, apresentando caráter de cidade. Área rural é aquela relativa a ou própria do campo. É um local campestre, agrícola, rústico. Rururbana é a área pertencente a ou relacionada com o espaço resultante do encontro entre a área rural e a urbana. Trata-se de espaço físico diferenciado do restante da cidade onde, além do uso rural - áreas de cultivo, terrenos baldios e áreas de preservação ambiental – ocorre o uso urbano, havendo ocupações por: a) subúrbios com casas e população próximas à cidade; b) pequenos agrupamentos de casas em torno de uma fábrica antiga transferida para a área periférica ou uma nova construída no local; c) proliferação das propriedades unifamiliares.

3 – GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

3.1 NÚMERO DE EMPREGADOS DA ORGANIZAÇÃO: Informar o número total de empregados fixos e temporários que a organização possui.

4- SINALIZAÇÃO

4.1 SINALIZAÇÃO GERAL: A sinalização é um dos elementos fundamentais para o bom andamento do trânsito. Além de explicitar para motoristas e pedestres as regras de uso da via, é nela que o usuário baseia suas decisões, seus trajetos, seu procedimento ao dirigir, pedalar ou caminhar. As mensagens apresentadas em cada placa, marca viária, luz ou qualquer outro elemento, devem primar pela relevância e pela clareza, contribuindo para um tráfego mais fluido e menos sujeito a riscos de acidentes. Assinalar com “X” a existência ou não de sinalização. Informar se o atrativo encontra-se bem, mal ou não está sinalizado. Para tanto, considerar-se-á um local como BEM SINALIZADO quando houver instalação, disposição ou conjunto de sinais (luminosos, visuais, acústicos) que leve em consideração o disposto no Código de Trânsito Brasileiro - CTB, proporcionando facilidade e segurança à circulação de pedestres e motoristas. MAL SINALIZADO, para este documento, é o local que, apesar de apresentar sinais de comunicação, não proporciona facilidade e segurança à circulação de visitantes, ou aquele cujos sinais não respeitam os padrões estabelecidos (Ex.: sinalização encoberta pela vegetação, sinalização que não segue o CTB). NÃO SINALIZADO é o local que não dispõe de meio de comunicação para a orientação de pedestres e motoristas. Informar, ainda, se a sinalização oferece algum tipo de adaptação a pessoas com deficiência (informativos em Braille, semáforos sonorizados, elevadores com comunicação auditiva ou com teclas adaptadas em Braille, etc.).

4.2 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA: A Sinalização de Orientação Turística faz parte do conjunto de sinalização de indicação de trânsito. Ela segue os mesmos objetivos e princípios fundamentais, com vistas a garantir a eficiência e a segurança do sistema viário para os usuários das vias urbanas e rurais. É utilizada para informar os usuários sobre a existência de atrativos turísticos e de outros referenciais, sobre os melhores percursos de acesso e, ao longo destes, a distância a ser percorrida para se chegar ao local pretendido. É direcionada àquele usuário que, via de regra, não conhece bem a região ou cidade onde está circulando e deve seguir padrões internacionais. Assinalar com “X” a existência ou não de sinalização específica para orientação turística de visitantes. Informar se o atrativo encontra-se bem, mal ou não está sinalizado. Para tanto, considerar-se-á um local como BEM SINALIZADO quando houver instalação, disposição ou conjunto de sinais (luminosos, visuais, acústicos) que leve em consideração a linguagem pictográfica, a cor padronizada internacionalmente e a articulação com a sinalização indicativa em geral, proporcionando facilidade e segurança à circulação de visitantes, sejam eles nacionais ou estrangeiros. MAL SINALIZADO, para este documento, é o local que, apesar de apresentar sinais de comunicação, não proporciona facilidade e segurança à circulação de visitantes, ou aquele cujos sinais não respeitam os padrões estabelecidos (Ex.: Sinalização encoberta pela vegetação, sinalização apenas em português). NÃO SINALIZADO é o local que não dispõe de meio de comunicação para a orientação de visitantes. Informar, ainda, se a sinalização oferece algum tipo de adaptação a pessoas com deficiência (informativos em Braille, semáforos sonorizados, elevadores com comunicação auditiva ou com teclas adaptadas em Braille, etc.).

5 - MEIOS DE ACESSO: Indicar os meios de acesso ao atrativo (rodoviário, hidroviário, etc.), especificando o estado de conservação de cada um. Para tanto, considera-se em BOM estado a via que, em função do seu estado de conservação, permita aos visitantes chegar ao atrativo em qualquer época do ano, sem possíveis transtornos causados pela conservação da via. Como REGULAR, aquela em função do seu estado de conservação, restrinja o uso aos visitantes em determinado período do ano (ex. pista esburacada) e como RUIM aquela via que dificulte o acesso dos visitantes ao atrativo. Ex.: caminhos, atalhos, etc.

6- VIA TERRESTRE: Especificar se a via terrestre está pavimentada, parcialmente pavimentada ou não pavimentada, de acordo com os conceitos de via urbana e via rural. Considera-se como pavimentação qualquer revestimento do solo.

6.1 URBANA: Ruas, avenidas, vielas ou caminhos e similares abertos à circulação pública, situados na área urbana, caracterizados, principalmente, por possuírem imóveis edificadas em sua extensão.

6.2 RURAL: Estradas (não pavimentadas) e rodovias (pavimentadas)

6.3 PAVIMENTAÇÃO: Especificar o tipo de pavimentação utilizado. Esclareça-se que Pavimentação Ecológica refere-se ao tipo de asfalto que utiliza pneus reciclados como matéria-prima ou o asfalto branco que retém menos calor, e, por isso, atrai menos animais, diminuindo a mortalidade dos mesmos. Pavimentação de saibro é aquela composta por areia grossa e grânulos de pedra.

7 – ACESSO MAIS UTILIZADO

7.1 ACESSO MAIS UTILIZADO: Informar qual é a via de acesso mais utilizada para se chegar ao atrativo.

7.2 ADAPTADO (especificar): Especificar se esta forma de acesso encontra-se adaptada para pessoas com necessidades especiais e descrever quais são as adaptações existentes.

7.3 GRAU DE UTILIZAÇÃO: Circular o número correspondente à opção que diz o grau de utilização da via de acesso mais utilizada: MUITO UTILIZADO: acesso com movimentação de visitantes diária e constante; REGULAR: acesso com movimentação sazonal de visitantes (fins de semana, feriados, alta temporada); POUCO UTILIZADO: acesso utilizado apenas eventualmente.

7.4 ATENDE ÀS NECESSIDADES ATUAIS ? Informar se o acesso mais utilizado para se chegar ao atrativo atende às necessidades atuais ou encontra-se sobrecarregado, necessitando expansão, duplicação ou reforma.

7.5 PERMITE EXPANSÃO NO VOLUME DE VISITANTES ? Informar se o acesso mais utilizado para se chegar ao atrativo, nas condições em que se encontra atualmente, tem condições de atender a um aumento no volume de visitantes.

7.6 TEMPO NECESSÁRIO PARA SE CHEGAR AO ATRATIVO PARTINDO DA LOCALIDADE MAIS PRÓXIMA: Especificar o tempo necessário para se chegar ao atrativo, partindo-se da localidade mais próxima, descrita no item 3.

7.7 DESCRIÇÕES DO ACESSO MAIS UTILIZADO: Descrever o percurso do acesso mais utilizado para se chegar ao atrativo, considerando dificuldades e/ou facilidades constatadas durante o percurso e confirmando como ponto de partida a localidade citada no item 3. Especificar se o acesso ao atrativo é em ladeira íngreme ou suave; se existe escadaria e qual o número de degraus; quando houver uma ou mais modalidades de transporte característico (bonde, teleférico, cremalheira, etc.) necessária para se chegar ao atrativo; a adaptabilidade de cada item para pessoas com deficiência. Registrar as questões ambientais (poluição, lixo, desmatamento, queimadas, venda de animais silvestres, extrativismo exploratório, caça e pesca predatórias) e sociais (invasões, ocupações irregulares, prostituição, insegurança) observadas. Registrar também os atrativos do acesso (ambientais, vistas, elementos estéticos da paisagem, ecogeológicos, históricos entre outros), a presença de Obras Arquitetônicas (pontes, passarelas, viadutos e galerias) de destaque, as oportunidades e/ou ocorrência de atividades de esportes de aventura, turismo de observação ou de pesca. Descrever a facilidade para estacionamento de automóveis, ônibus de turismo, motocicletas e bicicletas. Inserir mapa, se possível.

8 – TRANSPORTES PARA O ATRATIVO: Informar os três tipos de transporte mais utilizados para se chegar ao atrativo, detalhando a frequência (no caso de transporte público), a qualidade do transporte (no caso de transporte público) e as adaptações existentes para pessoas com deficiência. Em relação à qualidade, considera-se como BOM o transporte cujos veículos se encontram em estado de conservação adequado, de maneira a não colocar a vida dos passageiros em risco. Também devem ser observadas questões de pontualidade, locais de venda de passagens, serviços oferecidos ao passageiro, frequência do transporte. REGULAR é o tipo de transporte que apesar de não apresentar todas as características já descritas, permite ao passageiro viajar em segurança e sem maiores transtornos. RUIM é aquele transporte que não garante ao passageiro ser transportado com segurança, correndo sérios riscos de ocorrerem transtornos. Em outras informações, especificar as fontes de informação utilizadas na obtenção das frequências de horários. Citar o nome das empresas transportadoras, contatos e as linhas do percurso. No caso de horários irregulares, indicar o primeiro e o último. Não havendo transporte regular, anotar: “não há linha regular”, informando outra maneira possível de se visitar o atrativo (transporte próprio, contratado etc.). Caso o volume de horários seja muito expressivo, colocar site ou anexar tabela de horários.

PROTEÇÃO

9 – LEGISLAÇÕES DE PROTEÇÃO AO ATRATIVO: Informar se o atrativo possui legislação que o protege e indicar se trata de lei, decreto ou norma de restrição, municipal, estadual/distrital ou federal. Caso o atrativo, ou parte dele, seja tombado informar a instituição que concedeu o tombamento e maiores detalhes.

10 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO/PRESERVAÇÃO DO ATRATIVO: Informar em que estado de conservação/preservação o atrativo se encontra: em termos gerais, em relação a sua estrutu-

ra e condição higiênica. Caso o atrativo conte com sede administrativa ou centro de atendimento a visitantes, avaliar sua cobertura e seu interior. Utilizar o item observação para a inserção de detalhes. Considera-se MUITO BOM o atrativo que estiver limpo, organizado, com estrutura conservada, pintura das paredes e placas em estado adequado, banheiros e bebedouros equipados, torneiras e iluminação em perfeito funcionamento. Além disso, a maior parte do atrativo encontra-se preservado em natura, ainda virgem ou mantém as características fins de sua criação. Como BOM se considera o atrativo que apesar de possuir algumas dessas características, não se encontra totalmente conservado/preservado. REGULAR é o atrativo cujo estado de conservação/preservação é mediano, há alguns elementos desagregativos, mas que estão sendo manejados, controlados ou monitorados. Considera-se RUIM a conservação/ preservação de um atrativo quando os banheiros estiverem sujos ou não equipados, as torneiras e a iluminação não estiverem funcionando adequadamente, o atrativo estiver sujo e desorganizado, as placas e paredes necessitarem de reparos urgentes. DETERIORADO é quando o atrativo encontra-se em estado de abandono, o ambiente estiver requerendo recuperação e todas essas características forem encontradas em conjunto.

FACILIDADES

11 - ENTRADA DO ATRATIVO: Circular as opções desejadas indicando quais as formas de entrada no atrativo. Informar se há centro de recepção, posto de informações, portaria principal, guarita ou outros tipos. Informar se a estrutura de entrada no atrativo encontra-se adaptada a pessoas com deficiência. Ex: rampas, informativos especiais, recepcionistas especializados, etc.

12 – VISITAÇÃO: Informar a época, os dias e o horário de visita pública. Indicar se a visita é guiada, autoguiada ou não guiada. Informar a duração média da visita em horas, se há guia de visita à disposição dos visitantes, e, havendo, se é pago ou gratuito, e se está disponível em outros idiomas. Informar se a entrada no atrativo é gratuita ou paga, e, neste caso, qual o valor em real, se é necessário algum tipo de autorização prévia para visitar o atrativo – neste caso, indicar contato - e se há limitação quanto a quantidade de visitantes simultaneamente.

13 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS NO ATRATIVO: Indicar a existência de serviços e equipamentos de caráter permanente que facilitem a visita, tais como: informações aos visitantes; informações educativas sobre ecologia e ecoturismo; demonstrando se há informações em braile e em outras línguas; sinalização indicativa; instalações sanitárias; locais para alimentação; monitores; hospedagem; serviços de lazer e entretenimento; informar a adaptabilidade a pessoas com deficiência; guia de turismo; serviços de limpeza; de coleta seletiva; atividades comerciais; condutor capacitado para o recebimento de pessoas com deficiência.

14 – ATIVIDADES REALIZADAS NA ATRAÇÃO: Mencionar as atividades programadas ou não, realizadas em espaço coberto ou ao ar livre, que se relacionem com o atrativo, tais como: exposições, festas, comemorações, competições ou quaisquer atividades esportivas, pedagógicas, etc. Indicar quais podem ser praticadas por pessoas com deficiência.

INFORMAÇÕES GERAIS

15 – ROTEIROS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS: Informar se o atrativo integra roteiros turísticos comercializados por agências de viagens. Em caso afirmativo, citar os roteiros e as agências que comercializam o atrativo, bem como seus telefones de contato.

16 – ORIGEM DOS VISITANTES: Circular o número que corresponde à principal origem dos visitantes, esclarecendo quais são os locais de origem da maior parte dos visitantes nacionais e dos internacionais (máximo 5). Informar a época do ano em que ocorrem o maior e o menor fluxo de visitação. Caso haja dados, informar a quantidade anual de visitantes que o atrativo recebe.

DESCRIÇÃO

17 – DESCRIÇÃO DO ATRATIVO: Descrever o atrativo enfatizando as características relevantes, de acordo com a importância e as diferenças que cada uma lhe confere. A descrição deverá caracterizar, resumidamente, os aspectos significativos e de relevância que uma paisagem natural desperta para o turismo. Como orientação, estão relacionadas, nas instruções, características específicas que deverão ser observadas na descrição para cada Tipo ou Subtipo. Consultar sempre os esclarecimentos sobre as Características Relevantes. Caso não haja ocorrência das características pedidas, informar também a ausência. Inserir outras características ou singularidades relacionadas diretamente com o atrativo. Utilizar pesquisas, estudos, materiais de divulgação, citar fontes. Sugerir sites com fotos. Fazer fotos de entrada e equipamentos. Colocar categoria do atrativo. Uma boa dica é entrevistar gestores locais/ativistas/moradores do município ou visitantes não moradores para levantar principais problemas e potenciais não estimulados. Especificar se existem SELOS ou CERTIFICADOS de reconhecimento público do atrativo no que tange a questão ambiental. Se existem parcerias/associação a alguma entidade nacional ou internacional de proteção ambiental e/ou proposição ecoturística.

18 – OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES: Mencionar qualquer dado observado no atrativo e que não tenha sido contemplado no conteúdo deste formulário, julgado importante para o seu registro e que venha a contribuir para o enriquecimento das informações.

19 – REFERÊNCIAS /DOCUMENTOS CONSULTADOS: Registrar os livros e os documentos consultados e também a fonte de depoimentos, entrevistas e as demais fontes de informações utilizadas.

EQUIPE RESPONSÁVEL

Especificar os dados completos dos agentes envolvidos no processo de inventariação das atrações técnicas, científicas ou artísticas. Estas informações são fundamentais para que os agentes sejam contatados pelos coordenadores do projeto de inventariação e para a certificação de participação do projeto. Informar nomes e contatos de coordenador do curso, professor(es) orientador(es), pessoa de contato (interlocutor) no município e responsável pelo preenchimento dos formulários.

Formulário 19

C5

Eventos Permanentes



Manual do Pesquisador

C5 EVENTOS PERMANENTES

Evento que é realizado apenas na localidade e esteja pelo menos com a sua 3ª edição agendada.

C.5.1 CONGRESSOS E CONVENÇÕES

C.5.2 FEIRAS E EXPOSIÇÕES

5.2.1 Feira de Negócios

5.2.2 Feira Temática

5.2.3 Feira Promocional

5.2.4 Feira Cultural

5.2.5 Feira de Gastronomia

5.2.6 Outras Feiras

5.2.7 Exposição Técnica

5.2.8 Exposição Científica

C.5.3 REALIZAÇÕES DIVERSAS

5.3.1 Desportivas

5.3.2 Artísticas/culturais

5.3.3 Sociais/assistenciais

5.3.4 Gastronômicas/de produtos

FORMULÁRIO 19

EVENTOS PERMANENTES

CABEÇALHO

UF: Informar a sigla da Unidade da Federação;

REGIÃO TURÍSTICA: Informar o nome oficial da Região Turística;

MUNICÍPIO: Informar o nome oficial do Município;

DISTRITO: Citar, se for o caso, o nome do distrito onde se encontra o atrativo;

TIPO: Preencher o tipo (de acordo com item anterior: TIPOS E SUBTIPOS);

SUBTIPO: Preencher o subtipo do atrativo (de acordo com item anterior: TIPOS E SUBTIPOS).

IDENTIFICAÇÃO

1- DESCRIÇÕES DO ATRATIVO

1.1 NOME OFICIAL: Citar o nome do atrativo;

1.2 NOME POPULAR: Informar como o atrativo é conhecido popularmente;

1.3 NOME DA ORGANIZAÇÃO MANTENEDORA/GESTORA: Citar o nome jurídico de registro da organização - se for o caso - que mantém o atrativo. Registrar o nome da pessoa responsável, bem como seus contatos. Em se tratando de pessoa física, indicar o nome e contato do(s) mantenedor(es);

1.4 CNPJ: Citar o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, caso exista;

1.5 TELEFONE/FAX: Citar os números dos telefones e do fax, não esquecendo de registrar o código DDD;

1.6 SITE: Informar o endereço – website - na Internet;

1.7 E-MAIL: Informar o endereço eletrônico na Internet;

2 – LOCALIZAÇÃO E AMBIÊNCIA

2.1 ENDEREÇO: Citar o endereço (rua, nº, bairro, local, rodovia, CEP, bloco, quadra) ou outra referência que situe o atrativo, especialmente os localizados na área rural. Se possível, anexar fotos e mapa de acesso ao atrativo.

2.2 PONTO DE REFERENCIA: Mencionar os pontos que servem como referência para o deslocamento de um visitante até o atrativo.

2.3 LOCALIZAÇÃO: Circular o número referente à opção que informa se o atrativo está localizado em área Urbana, Rururbana ou Rural. Considera-se área urbana o local cuja ocupação seja própria da vida na cidade, apresentando caráter de cidade. Área rural é aquela relativa a ou própria do campo. É um local campestre, agrícola, rústico. Rururbana é a área pertencente a ou relacionada com o espaço resultante do encontro entre a área rural e a urbana. Trata-se de espaço físico diferenciado do restante da cidade onde, além do uso rural - áreas de cultivo, terrenos baldios e áreas de preservação ambiental – ocorre o uso urbano. havendo ocupações por: a) subúrbios com casas e população próximas à cidade; b) pequenos agrupamentos de casas em torno de uma fábrica antiga transferida para a área periférica ou uma nova construída no local; c) proliferação das propriedades unifamiliares.

3 – GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

3.1 EMPREGOS FIXOS GERADOS: Informar o número de empregos fixos diretos gerados pelo evento.

3.2 EMPREGOS TEMPORÁRIOS GERADOS: Informar o número de empregos temporários diretos gerados pelo evento.

3.3 – Nº DE EXPOSITORES (feiras): No caso de feiras, informar a quantidade média de expositores por evento.

3.4 – TOTAL DE M2 PARA ALUGUEL: Informar a quantidade de M2 disponíveis para aluguel.

3.5 – VALOR MÉDIO DO M2 PARA EXPOSITORES: Informar o valor médio do M2 para expositores.

ACESSO/MICROACESSIBILIDADE

4- SINALIZAÇÃO

4.1 SINALIZAÇÃO GERAL: A sinalização é um dos elementos fundamentais para o bom andamento do trânsito. Além de explicitar para motoristas e pedestres as regras de uso da via, é nela que o usuário baseia suas decisões, seus trajetos, seu procedimento ao dirigir, pedalar ou caminhar. As mensagens apresentadas em cada placa, marca viária, luz ou qualquer outro elemento, devem primar pela relevância e pela clareza, contribuindo para um tráfego mais fluido e menos sujeito a riscos de acidentes. Assinalar com “X” a existência ou não de sinalização. Informar se o atrativo encontra-se bem, mal ou não está sinalizado. Para tanto, considerar-se-á um local como BEM SINALIZADO quando houver instalação, disposição ou conjunto de sinais (luminosos, visuais, acústicos) que leve em consideração o disposto no Código de Trânsito Brasileiro - CTB, proporcionando facilidade e segurança à circulação de pedestres e motoristas. MAL SINALIZADO, para este documento, é o local que, apesar de apresentar sinais de comunicação, não proporciona facilidade e segurança à circulação de visitantes, ou aquele cujos sinais não respeitam os padrões estabelecidos (Ex.: sinalização encoberta pela vegetação, sinalização que não segue o CTB). NÃO SINALIZADO é o local que não dispõe de meio de comunicação para a orientação de pedestres e motoristas. Informar, ainda, se a sinalização oferece algum tipo de adaptação a pessoas com deficiência (informativos em Braille, semáforos sonorizados, elevadores com comunicação auditiva ou com teclas adaptadas em Braille, etc.).

4.2 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA: A Sinalização de Orientação Turística faz parte do conjunto de sinalização de indicação de trânsito. Ela segue os mesmos objetivos e princípios fundamentais, com vistas a garantir a eficiência e a segurança do sistema viário para os usuários das vias urbanas e rurais. É utilizada para informar os usuários sobre a existência de atrativos turísticos e de outros referenciais, sobre os melhores percursos de acesso e, ao longo destes, a distância a ser percorrida para se chegar ao local pretendido. É direcionada àquele usuário que, via de regra, não conhece bem a região ou cidade onde está circulando e deve seguir padrões internacionais. Assinalar com “X” a existência ou não de sinalização específica para orientação turística de visitantes. Informar se o atrativo encontra-se bem, mal ou não está sinalizado. Para tanto, considerar-se-á um local

como BEM SINALIZADO quando houver instalação, disposição ou conjunto de sinais (luminosos, visuais, acústicos) que leve em consideração a linguagem pictográfica, a cor padronizada internacionalmente e a articulação com a sinalização indicativa em geral, proporcionando facilidade e segurança à circulação de visitantes, sejam eles nacionais ou estrangeiros. MAL SINALIZADO, para este documento, é o local que, apesar de apresentar sinais de comunicação, não proporciona facilidade e segurança à circulação de visitantes, ou aquele cujos sinais não respeitam os padrões estabelecidos (Ex.: Sinalização encoberta pela vegetação, sinalização apenas em português). NÃO SINALIZADO é o local que não dispõe de meio de comunicação para a orientação de visitantes. Informar, ainda, se a sinalização oferece algum tipo de adaptação a pessoas com deficiência (informativos em Braille, semáforos sonorizados, elevadores com comunicação auditiva ou com teclas adaptadas em Braille, etc.).

5 - MEIOS DE ACESSO: Indicar os meios de acesso ao atrativo (rodoviário, hidroviário, etc.), especificando o estado de conservação de cada um. Para tanto, considera-se em BOM estado a via que, em função do seu estado de conservação, permita aos visitantes chegar ao atrativo em qualquer época do ano, sem possíveis transtornos causados pela conservação da via. Como REGULAR, aquela em função do seu estado de conservação, restrinja o uso aos visitantes em determinado período do ano (ex. pista esburacada) e como RUIM aquela via que dificulte o acesso dos visitantes ao atrativo. Ex.: caminhos, atalhos, etc.

6- VIA TERRESTRE: Especificar se a via terrestre está pavimentada, parcialmente pavimentada ou não pavimentada, de acordo com os conceitos de via urbana e via rural. Considera-se como pavimentação qualquer revestimento do solo.

6.1 URBANA: Ruas, avenidas, vielas ou caminhos e similares abertos à circulação pública, situados na área urbana, caracterizados, principalmente, por possuírem imóveis edificadas em sua extensão.

6.2 RURAL: Estradas (não pavimentadas) e rodovias (pavimentadas)

6.3 PAVIMENTAÇÃO: Especificar o tipo de pavimentação utilizado. Esclareça-se que Pavimentação Ecológica refere-se ao tipo de asfalto que utiliza pneus reciclados como matéria-prima ou o asfalto branco que retém menos calor, e, por isso, atrai menos animais, diminuindo a mortalidade dos mesmos. Pavimentação de saibro é aquela composta por areia grossa e grânulos de pedra.

7 – ACESSO MAIS UTILIZADO

7.1 ACESSO MAIS UTILIZADO: Informar qual é a via de acesso mais utilizada para se chegar ao atrativo.

7.2 ADAPTADO (especificar): Especificar se esta forma de acesso encontra-se adaptada para pessoas com necessidades especiais e descrever quais são as adaptações existentes.

7.3 GRAU DE UTILIZAÇÃO: Circular o número correspondente à opção que diz o grau de utilização da via de acesso mais utilizada: MUITO UTILIZADO: acesso com movimentação

de visitantes diária e constante; REGULAR: acesso com movimentação sazonal de visitantes (fins de semana, feriados, alta temporada); POUCO UTILIZADO: acesso utilizado apenas eventualmente.

7.4 ATENDE ÀS NECESSIDADES ATUAIS ? Informar se o acesso mais utilizado para se chegar ao atrativo atende às necessidades atuais ou encontra-se sobrecarregado, necessitando expansão, duplicação ou reforma.

7.5 PERMITE EXPANSÃO NO VOLUME DE VISITANTES ? Informar se o acesso mais utilizado para se chegar ao atrativo, nas condições em que se encontra atualmente, tem condições de atender a um aumento no volume de visitantes.

7.6 TEMPO NECESSÁRIO PARA SE CHEGAR AO ATRATIVO PARTINDO DA LOCALIDADE MAIS PRÓXIMA: Especificar o tempo necessário para se chegar ao atrativo, partindo-se da localidade mais próxima, descrita no item 3.

7.7 DESCRIÇÕES DO ACESSO MAIS UTILIZADO: Descrever o percurso do acesso mais utilizado para se chegar ao atrativo, considerando dificuldades e/ou facilidades constatadas durante o percurso e confirmando como ponto de partida a localidade citada no item 3. Especificar se o acesso ao atrativo é em ladeira íngreme ou suave; se existe escadaria e qual o número de degraus; quando houver uma ou mais modalidades de transporte característico (bonde, teleférico, cremalheira, etc.) necessária para se chegar ao atrativo; a adaptabilidade de cada item para pessoas com deficiência. Registrar as questões ambientais (poluição, lixo, desmatamento, queimadas, venda de animais silvestres, extrativismo exploratório, caça e pesca predatórias) e sociais (invasões, ocupações irregulares, prostituição, insegurança) observadas. Registrar também os atrativos do acesso (ambientais, vistas, elementos estéticos da paisagem, ecogeológicos, históricos entre outros), a presença de Obras Arquitetônicas (pontes, passarelas, viadutos e galerias) de destaque, as oportunidades e/ou ocorrência de atividades de esportes de aventura, turismo de observação ou de pesca. Descrever a facilidade para estacionamento de automóveis, ônibus de turismo, motocicletas e bicicletas. Inserir mapa, se possível.

8 – TRANSPORTES PARA O ATRATIVO: Informar os três tipos de transporte mais utilizados para se chegar ao atrativo, detalhando a frequência (no caso de transporte público), a qualidade do transporte (no caso de transporte público) e as adaptações existentes para pessoas com deficiência. Em relação à qualidade, considera-se como BOM o transporte cujos veículos se encontram em estado de conservação adequado, de maneira a não colocar a vida dos passageiros em risco. Também devem ser observadas questões de pontualidade, locais de venda de passagens, serviços oferecidos ao passageiro, frequência do transporte. REGULAR é o tipo de transporte que apesar de não apresentar todas as características já descritas, permite ao passageiro viajar em segurança e sem maiores transtornos. RUIM é aquele transporte que não garante ao passageiro ser transportado com segurança, correndo sérios riscos de ocorrerem transtornos. Em outras informações, especificar as fontes de informação utilizadas na obtenção das frequências de horários. Citar o nome das empresas transportadoras, contatos e as linhas do percurso. No caso de horários irregulares, indicar o primeiro e o último. Não havendo transporte regular, anotar: “não há linha regular”,

informando outra maneira possível de se visitar o atrativo (transporte próprio, contratado etc.). Caso o volume de horários seja muito expressivo, colocar site ou anexar tabela de horários.

PROTEÇÃO

9 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO/PRESERVAÇÃO DO ATRATIVO/LOCAL DE REALIZAÇÃO DO EVENTO:

Informar em que estado de conservação/preservação o atrativo se encontra: em termos gerais, em relação a sua estrutura e condição higiênica. Caso o atrativo conte com sede administrativa ou centro de atendimento a visitantes, avaliar sua cobertura e seu interior. Utilizar o item observação para a inserção de detalhes. Considera-se MUITO BOM o atrativo que estiver limpo, organizado, com estrutura conservada, pintura das paredes e placas em estado adequado, banheiros e bebedouros equipados, torneiras e iluminação em perfeito funcionamento. Além disso, a maior parte do atrativo encontra-se preservado em natura ou ainda virgem, ou mantém as características fins de sua criação. Como BOM se considera o atrativo que apesar de possuir algumas dessas características, não se encontra totalmente conservado/preservado. REGULAR é o atrativo cujo estado de conservação/preservação é mediano, há alguns elementos desagregativos, mas que estão sendo manejados, controlados ou monitorados. Considera-se Ruim a conservação/ preservação de um atrativo quando os banheiros estiverem sujos ou não equipados, as torneiras e a iluminação não estiverem funcionando adequadamente, o atrativo estiver sujo e desorganizado, as placas e paredes necessitarem de reparos urgentes. DETERIORADO é quando o atrativo encontra-se em estado de abandono, o ambiente estiver requerendo recuperação e todas essas características forem encontradas em conjunto.

FACILIDADES

10 - ENTRADA DO ATRATIVO: Circular as opções desejadas indicando quais as formas de entrada no atrativo. Informar se há centro de recepção, posto de informações, portaria principal, guarita ou outros tipos. Informar se a estrutura de entrada no atrativo encontra-se adaptada a pessoas com deficiência. Ex: rampas, informativos especiais, recepcionistas especializados, etc.

11 – VISITAÇÃO: Informar a época, os dias e o horário de visitação pública. Indicar se a visita é guiada, autoguiada ou não guiada. Informar a duração média da visita em horas, se há guia de visitação à disposição dos visitantes, e, havendo, se é pago ou gratuito, e se está disponível em outros idiomas. Informar se a entrada no atrativo é gratuita ou paga, e, neste caso, qual o valor em real, se é necessário algum tipo de autorização prévia para visitar o atrativo – neste caso, indicar contato - e se há limitação quanto a quantidade de visitantes simultaneamente.

12 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS NO ATRATIVO: Indicar a existência de serviços e equipamentos de caráter permanente que facilitem a visitação, tais como: informações aos visitantes; informações educativas sobre ecologia e ecoturismo, demonstrando se há informações em braille e em outras línguas; sinalização indicativa; instalações sanitárias; locais para alimentação; monitores; hospedagem; serviços de lazer e entretenimento; informando a adaptabilidade a pessoas

com deficiência; guia de turismo; serviços de limpeza; de coleta seletiva; atividades comerciais; condutor capacitado para o recebimento de pessoas com deficiência.

13 – ATIVIDADES REALIZADAS NO EVENTO: Mencionar as atividades programadas ou não, realizadas em espaço coberto ou ao ar livre, que se relacionem com o atrativo, tais como: exposições, festas, comemorações, competições ou quaisquer atividades esportivas, pedagógicas, etc. Indicar quais podem ser praticadas por pessoas com deficiência.

INFORMAÇÕES GERAIS

14 – ROTEIROS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS: Informar se o atrativo integra roteiros turísticos comercializados por agências de viagens. Em caso afirmativo, citar os roteiros e as agências que comercializam o atrativo, bem como seus telefones de contato.

15 – ORIGEM DOS VISITANTES: Circular o número que corresponde à principal origem dos visitantes, esclarecendo quais são os locais de origem da maior parte dos visitantes nacionais e dos internacionais (máximo 5). Informar a época do ano em que ocorrem o maior e o menor fluxo de visitação. Caso haja dados, informar a quantidade anual de visitantes que o atrativo recebe.

DESCRIÇÃO

16 – DESCRIÇÃO DO ATRATIVO: Descrever o atrativo enfatizando as características relevantes, de acordo com a importância e as diferenças que cada uma lhe confere. A descrição deverá caracterizar, resumidamente, os aspectos significativos e de relevância que uma paisagem natural desperta para o turismo. Como orientação, estão relacionadas, nas instruções, características específicas que deverão ser observadas na descrição para cada Tipo ou Subtipo. Consultar sempre os esclarecimentos sobre as Características Relevantes. Caso não haja ocorrência das características pedidas, informar também a ausência. Inserir outras características ou singularidades relacionadas diretamente com o atrativo. Utilizar pesquisas, estudos, materiais de divulgação, citar fontes. Sugerir sites com fotos. Fazer fotos de entrada e equipamentos. Colocar categoria do atrativo. Uma boa dica é entrevistar gestores locais/ativistas/moradores do município ou visitantes não moradores para levantar principais problemas e potenciais não estimulados. Especificar se existem SELOS ou CERTIFICADOS de reconhecimento público do atrativo no que tange a questão ambiental. Se existem parcerias/associação a alguma entidade nacional ou internacional de proteção ambiental e/ou proposição ecoturística. Informar o tipo do evento (esportivo, técnico-científico, cultural, gastronômico) e sua amplitude (quantidade de pessoas que envolve e que atrai).

17 – OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES: Mencionar qualquer dado observado no atrativo e que não tenha sido contemplado no conteúdo deste formulário, julgado importante para o seu registro e que venha a contribuir para o enriquecimento das informações.

18 – REFERÊNCIAS /DOCUMENTOS CONSULTADOS: Registrar os livros e os documentos consultados e também a fonte de depoimentos, entrevistas e as demais fontes de informações utilizadas.

EQUIPE RESPONSÁVEL

Especificar os dados completos dos agentes envolvidos no processo de inventariação dos eventos permanentes. Estas informações são fundamentais para que os agentes sejam contatados pelos coordenadores do projeto de inventariação e para a certificação de participação do projeto. Informar nomes e contatos de coordenador do curso, professor(es) orientador(es), pessoa de contato (interlocutor) no município e responsável pelo preenchimento dos formulários.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. In: **O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento Rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília: 2001.

ACERENZA, Miguel Angel. **El turismo en las Américas: panorama general: posición de las Américas en el turismo mundial**. México. Cicatur, 1980.

AGUDELO, Hugo. **Globalização: geopolítica e meio ambiente**. GeoNotas. Maringá. v.1, nº2, out/dez1997.

ANDRADE, J.V. de A. **Turismo: Fundamentos e Dimensões**. São Paulo, Ática, 1998.

AZEVEDO, Aroldo. **Brasil, a terra e o homem: bases físicas**. Rio de Janeiro: Nacional, 1990.

BENI, M.C. Política estratégica de desenvolvimento regional. Planejamento integrado do Turismo. In: **Turismo e desenvolvimento local**. Org. RODRIGUES, Adyr B. São Paulo: HUCITEC, 1997.

BIANCHINI, Valter. Estratégias para o desenvolvimento rural. In: **O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento Rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília: 2001.

BOULLON, Roberto C. **Planificación del espacio turístico**. México: Trillas, 1985.

CÂMARA dos Deputados. **Agenda 21. Conferência Nas Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 92. Brasília, 1995.

CAMARGO, Haroldo L. Fundamentos Multidisciplinares: história. In: **Turismo: como aprender, como ensinar**. Org. TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998. CARDOSO, Adauto L. Notas sobre ética ambiental, reestruturação econômica e a formação dos blocos regionais. In: **Integração, revisão e relacionamento**. Org. LAVINAS, Lena. [s.l.], 1998.

CARDOSO, Lamartine. **Geografia geral do Brasil**. São Paulo: Hemus, 1976.

CARLOS, Ana Fani A. O lugar: mundialização e fragmentação. In: **Fim do século e globalização. O novo mapa do mundo.**[s.l.] [s.d.]

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro.** Rio de Janeiro: [s. n.], 1962.

CASTAÑEDA GUTIÉRREZ, Castillo. **Recursos naturales y turismo.** México: Limusa, 1983.

CORIOLOANO, Luzia. **Turismo de inclusão e o desenvolvimento local.** Fortaleza: FUNECE, 2003.

CRUZ, Rita de Cássia A. **Política de Turismo e território.** São Paulo: Contexto, 2000.

EMBRATUR. **Estudos do turismo brasileiro.** Brasília: Embratur, 1999.

EMBRATUR. **Guia para Oficinas de Treinamento dos Agentes Multiplicadores do Programa Nacional de Municipalização do Turismo.** Brasília: Embratur, 2001.

EMBRATUR. **Retratos de uma Caminhada: PNMT 8 anos.** Brasília: EMBRATUR, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José. Condicionantes para um novo modelo agrário e agrícola/ In: **Crise brasileira: anos 80 e Governo Collor.** São Paulo: CUT, 1993.

_____. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? In: **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento. Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento Rural.** Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Dicionário geológico-geomorfológico.** Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz T. Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HERNANDEZ PEÑA, Domingo. **Metodologia para a utilização do conhecimento turístico: análise da oferta turística.** Rio de Janeiro: Rio, 1974.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2000**, www.ibge.gov.br

IGNARRA L.R. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

JAFARI, Jafar. **Modelos de Turismo: los aspectos socioculturales**. Antropologies: 1a época, nº2. 1994.

JARA, Carlos Júlio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local: desafios de um processo em construção**. Brasília: IICA, 1998.

LEMOS, Leandro de. **O Valor Turístico na Economia da Sustentabilidade**. São Paulo: Aleph, 2005.

KRIPPENDORF, J. Le tourisme dans le système de la société industrielle. In: **La scienza dei sistemi per lo sviluppo del Turismo**. Org. SESSA, Alberto. Roma: Agnesotti, 1985.

LICÍNIO, Washington. **Geografia geral e do Brasil**. Belo Horizonte: Lê, 1982.

METODOLOGIA para la realización de inventários turísticos. Bogotá: Corporación Nacional de Turismo da Colombia, 1979.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional do Turismo 2003-2007**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

OLIVEIRA, Heloisa Gama de. Construindo com a paisagem. In: **Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar**. Org. MURTA, Maria Estela. ALBANO, Celina. Belo Horizonte: Editora UFMG; Terra Brasilis, 2002.

OMT. Organização Mundial de Turismo. **Introducción al Turismo**. Madrid: 1998.

OMT. Organização Mundial de Turismo. **Guia para Administradores Locais: Desarrollo Turístico Sostenible**. Madrid:1999.

OPPERMANN, M. **Tourism space in developing countries**. *Annals of Tourism Research*. London, v.20, 1995. OXINALDE, Miguel del R. **EcoTurismo. Nuevas formas de Turismo en el espacio rural**. Barcelona: Bosch, 1994. PADILLA, O de La T. **El Turismo - Fenómeno Social. Sección de Obras de Sociología. El Turismo**. Fondo de Cultura Económica. México, 1994.

PIRES, Paulo dos Santos. Interfaces Ambientais do Turismo. In: **Turismo: como aprender, como ensinar**. Org. TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

RUSCHMANN, Dóris. O Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. In: **Congresso Internacional sobre Turismo e Desenvolvimento Sustentável**. Universidade Federal de Santa Maria, 1998.

SALZARETTO, R; MAGNOLI, D. Geografia: o espaço geográfico. São Paulo: Moderna, 1998.

SEBRAE NACIONAL. **Cara Brasileira**. Brasília: SEBRAE. 2002.

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral

Tânia Brizolla

Coordenação Técnica

Benita Maria Monteiro Mueller Rocktaeschel

Elaboração

Cristiano Borges

Daniele Velozo

Marcos Gislon

Equipe Técnica

Aline Sá

Bruno Wendling

Cristiano Borges

Daniele Velozo

Marcelo Abreu

Marcos Gislon

Nicole Facuri

Sáskia Lima

Sônia Dias

Taiana Paludo

Vera Dias

Walber Guimarães

Wilken Souto

Estagiários

Francisca Ribeiro

Sérgio Rodrigues

Colaboração

Juliana Viégas

Nicole Facuri

Walber Guimarães

Wilken Souto

Responsáveis pelo Projeto-Piloto Rio Grande do Sul

Leandro de Lemos

Norma Martini Moesch

MINISTÉRIO DO TURISMO

Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico
Coordenação Geral de Regionalização

Esplanada dos Ministérios - Bloco U - 2º andar - sala 231
Brasília - DF - Brasil - CEP 70065-900

inventario@turismo.gov.br
www.turismo.gov.br/regionalizacao

Ministério do
Turismo

